

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE
NÍVEL MESTRADO

PAULA SPERB

MESTIÇAGEM E TEORIAS RACIAIS EM TENDA DOS MILAGRES, DE JORGE AMADO

Caxias do Sul
2012

Paula Sperb

MESTIÇAGEM E TEORIAS RACIAIS EM TENDA DOS MILAGRES, DE JORGE AMADO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul.

Orientação: Dr. Rafael José dos Santos

Caxias do Sul
2012

*Agradecimentos:
Aos meus pais, Paulo e Idair; ao meu marido,
Felipe.*

Para João Sperb Boff.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de pesquisar as teorias raciais e a mestiçagem no romance **Tenda dos Milagres**, do escritor Jorge Amado. O ponto de partida é a apresentação da vida e obra do autor, com enfoque final no livro abordado. Na sequência, pesquisamos as teorias raciais no Brasil que consideravam a raça negra como inferior através das abordagens social darwinistas, históricas e evolutivas. Verificamos como as teorias raciais estrangeiras são adaptadas no nosso país. Com as teorias apresentadas, verificamos como elas aparecem no romance e como são polarizadas nos personagens de Nilo Argolo e Pedro Archanjo. A mestiçagem é investigada através da perspectiva raciológica e como solução para o Brasil. Verificamos também como a mestiçagem marca o lugar antropológico do Pelourinho ficcional.

Palavras-chave: raça – teorias raciais – mestiçagem – Jorge Amado

ABSTRACT

This study aims to investigate racial theories and miscegenation in the fictional book **Tenda dos Milagres**, from Jorge Amado. The starting point is the presentation of life and work of the writer paying attention to the book we chose. After, we research the racial theories in Brazil that considered black people under white people through social darwinism, historical and evolutive perspectives. We verify how the foreign racial theories were adapted to our country. With the theories presented, we verify how they show in the novel and how they are polarized in the characters of Nilo Argolo and Pedro Archanjo. The miscegenation is investigated through the raciologic perspective and as solution for Brazil. We also verify how miscegenation leaves an impression the anthropological place of fictional Pelourinho.

Keywords: race – racial theories – miscegenation – Jorge Amado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO A TERRAS DO SEM-FIM OU COMO COMEÇAMOS UMA PESQUISA QUE AINDA TEM MUITO A PROVAR	9
2 A VIDA DO MENINO GRAPIÚNA, SUA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM E A FAMOSA TENDA DOS MILAGRES	13
3 DE COMO AS TEORIAS RACIAIS ENCONTRARAM NO BRASIL UMA TERRA FÉRTIL E MISCIGENADA DE ONDE PODERIA BROTAR UM FUTURO POSITIVO.....	32
4 DE COMO PEDRO ARCHANJO E NILO ARGOLO ENCARNAM O DEBATE SOBRE O PROBLEMA DAS RAÇAS E O BEDEL CONCLUIU: A SOLUÇÃO É A MISCIGENAÇÃO.....	52
5 DO TERRITÓRICO MÁGICO, REAL E, AGORA, TAMBÉM ANTROPOLÓGICO QUE É O PELOURINHO.....	73
6 A MORTE E A MORTE DE UMA CONCLUSÃO: DE COMO FOMOS ENCARREGADOS DE UMA PESQUISA E LEVAMOS A CABO, COMPREENDENDO O SENTIDO MAS ENXERGANDO POSSIBILIDADES.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

1 INTRODUÇÃO A TERRAS DO SEM-FIM OU COMO COMEÇAMOS UMA PESQUISA QUE AINDA TEM MUITO A PROVAR

É magia...

Na mistura de raças surgiu

A pele morena, linda é a cor do Brasil

Na crença, um traço cultural

(Samba-enredo da Mocidade Alegre, que venceu o Carnaval paulista em 2012 em meio a grande confusão na contagem de pontos no Anhembi)

Ave, Bahia sagrada!

Abençoada por Oxalá!

O mar, beijando a esperança,

Descansa nos braços de Iemanjá.

Menino amado...

Destino bordado de inspiração.

Iluminado...

Vestiu palavras de fascinação.

(Letra do samba da Imperatriz Leopoldinense, que desfilou com pompa e famosos na Sapucaí em 2012)

Escritor emocionante

Realista sensacional

Deslumbrou o mundo

Oh!, Pedro Archanjo genial

Sua vida em quatro tempos

Apresentamos neste carnaval

(Escola de samba Filhos do Tororó homenageou Pedro Archanjo com seu enredo no carnaval de 1969, na ficção de Tenda dos Milagres)

*Na Bahia, terra de Archanjo, local e motivo de seus estudos,
fonte de suas pesquisas, razão de sua obra, o carnaval foi
muito maior*

(Jorge Amado, autor porreta que apresentou a Bahia e o Brasil para o mundo)

No mesmo ano em que apresentamos esta pesquisa, o centenário de Jorge Amado será comemorado em todo o Brasil. Em 10 de agosto de 2012 o escritor baiano completaria 100 anos. Com a efeméride, serão lançadas exposições, concursos, obras com cartas inéditas do autor, simpósios. Jorge Amado inclusive foi tema de escolas de samba do Carnaval deste ano, festa que lhe foi tão estimada durante sua vida. Em São Paulo, a Mocidade Alegre foi a grande vencedora com o enredo *Ojuobá*, que apresentou carros e fantasias inspirados no universo de **Tenda dos Milagres**. A letra do enredo,

assim como o livro, fez um elogio aos mestiços brasileiros. No Rio de Janeiro, a Imperatriz Leopoldinense entrou na Sapucaí homenageando o centenário do escritor e ficou com o décimo lugar. Em Caxias do Sul, uma dissertação trata da mestiçagem e regionalidade também em **Tenda dos Milagres**. Mas, como afirmamos no título desta introdução, consideramos a pesquisa uma terra do sem-fim. Iniciamos sabendo que ainda há muito para se tratar sobre o tema e que aqui foi feito apenas um recorte dos inúmeros recortes possíveis.

Tenda dos Milagres é o livro preferido de Jorge Amado (AMADO, 1981)¹, um livro onde, segundo suas palavras, “as coisas estão ditas de uma forma mais explícita” (AMADO, 1997). Há muito claramente a visão positiva a respeito da mistura de raças e o quanto isso forma o caráter nacional. Sobre esse caráter, essa identidade, Jorge Amado é enfático sobre o elemento que confere singularidade ao brasileiro: “Sem dúvida, a mestiçagem, a mistura. Nós não somos isso ou aquilo, nós somos tudo: branco, negro, índio. É isto que faz a nossa singularidade e nos dá uma importância real” (AMADO, 1997).

Apenas 600 metros percorridos a pé separam o número 60 da Ladeira do Tabuão, no Pelourinho – onde fica a Tenda dos Milagres da ficção, da Faculdade de Medicina da Bahia², no Terreiro de Jesus, no Centro Histórico de Salvador. Mas a distância entre as ideias que circulam na “universidade popular” e onde se ensinam “suspeitas teorias”³ é muito maior que a subida íngreme até a Praça da Sé. De um lado, o elogio à mestiçagem. De outro, doutrinas racistas que condenam a mistura entre os povos e classificam os negros como inferiores.

O livro foi escolhido justamente por possibilitar uma análise sócio-antropológica de um fenômeno determinante – se não constituidor pleno, de grande influência – na identidade brasileira, a miscigenação. O enredo se desenvolve no Pelourinho, em Salvador, o que possibilita a análise de uma representação da regionalidade baiana que

¹ Anos mais tarde, o autor diria “Romance é como um filho. Como escolher um e atestar – este é meu preferido?” (AMADO, 1997)

² Criada em 1808 por ordem de D. João VI, a Faculdade de Medicina da Bahia funcionava em um antiga construção colonial no Terreiro de Jesus, na Praça da Sé. A construção foi transformada em Memorial e, atualmente, abriga mais uma vez a Faculdade. “Ocupando os 9 salões da antiga Escola, o Memorial é o mais importante documentário do ensino médico do Brasil. Mais de 5.300.000 páginas de documentos incluindo teses, pedidos de matrículas, pesquisas e experiências de gerações de cientistas vêm se juntar ao notável patrimônio onde se destacam livros raros dos séculos XIV ao XIX - inclusive a raríssima coleção completa da Flora Brasiliensis, de Martius -, alguns em latim, outros versando sobre alquimia, a pinacoteca com mais de 200 retratos de mestres pintados por famosos artistas baianos - a maior da Bahia -, e o suntuoso mobiliário que está principalmente no Salão Nobre e na Congregação”. IN: <http://www.medicina.ufba.br/>

³ AMADO, 2001, pág. 5.

também se transformou em nacional. Para situarmos sociologicamente os diferentes pontos de vista intelectuais do romance, vamos nos concentrar em autores que tratam das questões sob um ponto de vista sócio antropológico, deixando de lado aqui a análise literária da obra. Vamos utilizar os conceitos de Dante Moreira Leite (1983) e Renato Ortiz (2003) principalmente para dar conta do entendimento da identidade nacional e a relação com a mestiçagem. Para iluminar a questão das raças, vamos trabalhar com Thomas Skidmore (1976) e Lilia Schwarcz (1993). Os autores Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Silvio Romero e Manuel Querino serão evocados quando necessário para ilustrar as respectivas interpretações. Sobre a questão da regionalidade, vamos recorrer a José Clemente Pozenato, Antonio Candido e Nelson Werneck Sodré.

Com este trabalho, procuramos verificar como se constrói a representação do mestiço em **Tenda dos Milagres** considerando duas vertentes teóricas, as teorias raciológicas e a mestiçagem como solução do problema do preconceito. Nossa hipótese é a de que os personagens Pedro Archanjo e Nilo Argolo implicam a visão do Pelourinho como região com base na mestiçagem e suas diferentes abordagens.

De modo geral, nosso objetivo é efetuar a leitura e interpretação sócio-antropológica da obra **Tenda dos Milagres**. Mais especificamente, nosso objetivo é identificar quais são as vertentes do pensamento social brasileiro presentes no livro e verificar como a identidade, práticas e atributos mestiços dos personagens instituem uma regionalidade.

Por estarmos inseridos em um programa de pós-graduação, nível de Mestrado, em Letras, Cultura e Regionalidade, visualizamos no cruzamento de disciplinas o processo natural para investigação deste projeto de pesquisa.

A Interdisciplinaridade, que é considerada como metodologia por Jayme Paviani (2008), é o método neste trabalho. Para Paviani, uma das formas de interdisciplinaridade é “aplicação de conhecimentos de uma disciplina em outra” (p. 53). Para exemplificar Interdisciplinaridade, Paviani utiliza o exemplo do Mestrado onde estamos inseridos⁴ que, para ser aprovado pelos órgãos responsáveis, necessitou situar o curso na área de Letras e, posteriormente, esclarecer como “seriam redimensionadas a Literatura e a língua na perspectiva da cultura regional” (p. 83). Conforme Paviani, um programa como o de Letras, Cultura e Regionalidade desafia professores e estudantes pois necessita elaboração de novas teorias já que

⁴ Em 2002 ainda se chamava de Letras e Cultura Regional.

A investigação interdisciplinar de problemas que envolvem as categorias da modernidade, da cultura, da região, da regionalidade, revela uma maneira inteligente de compreender e de contribuir para o desenvolvimento da comunidade, especialmente na época da globalização. A necessidade de uma perspectiva universal (científica) na análise e na interpretação do regional, a elaboração de teorias que expliquem o fenômeno da cultura em seus múltiplos aspectos somente serão levadas adiante pela visão interdisciplinar.⁵

Dada a importância da Interdisciplinaridade como método para este curso, Paviani ainda considera que a Interdisciplinaridade é mais do que um método, é “condição epistemológica de possibilidade de análise dos problemas” (p. 84).

Sendo assim, tendo como base o livro **Tenda dos Milagres**, de Jorge Amado, situado como *corpus* em Letras, faremos a investigação utilizando conceitos da Sociologia e da Antropologia.

Para Clifford Geertz (1989), a cultura seriam as “teias” de significados tecidas pelo homem (p. 15). Então, para Geertz, para interpretar a cultura não se pode usar uma “ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (p. 15). Seguiremos também este caminho indicado por Geertz, encarando a cultura como texto e buscando sua interpretação.

A procura pela interpretação de Jorge Amado, nosso interesse, propriamente dito, surgiu ainda durante a graduação em Jornalismo – não somos da área de Letras, portanto – na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Sob a orientação do professor Antonio Hohfeldt, desenvolvemos uma pesquisa sobre a atuação de Jorge Amado como jornalista. O trabalho de não-ficção de Jorge Amado é desconhecido pela maioria. Em alguns momentos desta dissertação recuperamos alguns dados da monografia.

Agora, sob a orientação do professor Rafael José dos Santos, o foco volta-se para a ideia de raça em **Tenda dos Milagres**. No primeiro capítulo contamos sobre a vida e obra de Jorge Amado, nos detendo mais atentamente ao romance escolhido como *corpus*. No segundo capítulo desenvolvemos os conceitos de raça e miscigenação e suas diferentes vertentes trazidas de fora e aplicadas no Brasil. No terceiro capítulo verificamos como estes conceitos científicos aparecem aplicados no romance. E, por último, observamos como o Pelourinho da ficção pode ser compreendido como um lugar antropológico.

2 A VIDA DO MENINO GRAPIÚNA, SUA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM E A FAMOSA

⁵ (PAVIANI, 2008, p. 84).

2 A VIDA DO MENINO GRAPIÚNA, SUA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM E A FAMOSA TENDA DOS MILAGRES

*Você reflete o Brasil para o mundo – e para todos nós
brasileiros, que nos orgulhamos de ter
você conosco, em nós, para nós.*
(Otto Lara Resende em carta para Jorge Amado, em 1989)

*Porque você é o tipo de escritor verdadeiro,
que é fatalmente escritor, e que por isso
mesmo foi subindo, foi subindo.*
(Carta de Mário de Andrade para Jorge Amado, em 1936)

*Nunca desejei senão ser um escritor de meu tempo e de
meu país. Não pretendi e não tentei nunca fugir ao
drama que nos coube viver, de um mundo agonizante e
um mundo nascente. Não pretendi nem tentei jamais ser
universal senão sendo brasileiro e cada vez mais
brasileiro. Poderia mesmo dizer, cada vez mais baiano,
cada vez mais um escritor baiano.*
(Jorge Amado, no discurso de posse da Academia
Brasileira de Letras, em 1961)

São mais de 30 milhões de livros de sua autoria vendidos em 55 países, traduzidos em mais de 49 idiomas. O escritor baiano Jorge Amado, que ocupou a cadeira número 23 da Academia Brasileira de Letras, retratou o Brasil para o mundo e, principalmente, para os próprios brasileiros. Jorge Amado conviveu com o povo e escreveu sobre ele. A matéria-prima para sua ficção sempre foi a realidade.

Relações entre o romancista e o povo que é, fundamentalmente, seu personagem, seu tema, a farinha e o fermento de sua verdade, de sua criação. Devem tais relações possuir caráter de perfeita intimidade, pois o conhecimento necessário ao romancista para recriar gente, paisagem e vida não pode ser de ver e olhar, de observação fria e prudente, de notas em caderno, de apontamento mais minuciosos e extremos. Com essa matéria apreendida de fora para dentro, se honesta e ampla, muita coisa boa e útil pode o escritor sem dúvida realizar: reportagem, crônica (...).⁶

Em frente ao quadro negro, o padre Luiz Gonzaga Cabral profetizou: *Este vai ser escritor*. Jorge Amado tinha 11 anos quando seu professor de português, do colégio jesuíta Antônio Vieira, em Salvador, entregou-lhe a redação “O mar” – sobre o litoral de

⁶(AMADO, 2003, s.p)

Ilhéus, onde morara – corrigida. O mestre exigira a tarefa inspirado no episódio de Adamastor, no poema **Os Lusíadas**, de Camões. Com o anúncio da vocação autêntica de escritor naquela classe, Jorge Amado começava a ser notado: *Passei a ser uma personalidade, segundo os cânones do colégio, ao lado dos futebolistas, dos campeões de matemática e de religião, dos que obtinham medalhas. Fui admitido numa espécie de Círculo Literário onde brilhavam alunos mais velhos* (AMADO, 1982, p. 118).

O homem que conseguiu dar nova feição para as lembranças da infância e revelar paisagens e personagens da Bahia para o mundo nasceu no dia 10 de agosto de 1912 na fazenda de cacau Auricídia, no estado baiano. Cruzes assinalavam as estradas abertas pelo progresso da economia cacauzeira. Tocaias assistidas pelas pegadas de burros carregadores decidiam a posse das matas. Entre cacauais regados por sangue, Jorge Amado presenciou um jagunço atirar nas costas e ombros (que teriam caroços de chumbo incrustados pelo resto da vida) de seu pai, o coronel João Amado de Faria (PEREZ, 1972; AMADO, 1982; CARNEIRO e RUBIM, 1992).

De tanto ouvir minha mãe contar, a cena se tornou viva e real como se eu houvesse guardado na memória o acontecido: a égua tombando morta, meu pai lavado em sangue, erguendo-me do chão. Eu tinha 10 meses de idade, engatinhava na varanda da casa ao fim do crepúsculo. (...) Meu pai cortava cana para a égua, sua montaria predileta. O jagunço, postado atrás de uma goiabeira, a repetição apoiada na forquilha de um galho (assim o enxergo na nítida lembrança), esperou o bom momento para descarregar a arma. O que teria salvo o condenado? Um movimento brusco dele ou da égua, pois o animal recebeu a bala mortal...⁷

No ano posterior, uma enchente do rio Cachoeira arruinou as extensas plantações e não poupou as pequenas, como a da família Amado. O negro do luto cobria as casas. Na época das chuvas, a peste negra dizimava as populações da zona do cacau. Jorge e os pais, João e Eulália, mudam-se para Ilhéus.

O antigo fazendeiro agora corta couro e fabrica tamancos. A função de

⁷ (AMADO, 1982, p.11-13)

tamanqueiro garantiu a João quantia para adquirir terras na fazenda Taranga (PEREZ, 1972). Na região de Sequeiro do Espinho, onde mais tarde se ergue o arraial de Pirangi – hoje cidade de Itajuípe –, decorre a infância do escritor. Um tempo de gestação de cidades onde tiroteios ecoavam pelos campos e repercutiam suas disputas.

João Amado também tinha uma casa na cidade. Jorge, que aprendera a ler com as páginas do jornal *A Tarde*, é matriculado na escola primária de dona Guilhermina – que costumava usar a palmatória e deixar alunos de castigo, ajoelhados sobre grãos de milho (SALLES, 1997) – em Ilhéus.

Com vocação para as letras, mas também para a imprensa, Jorge cria, em 1922, o jornalzinho *A Luneta*, distribuído para familiares e vizinhos. No mesmo ano, deixa as punições de dona Guilhermina e é enviado para Salvador. Na capital, ingressa como interno no Colégio Antônio Vieira. Apesar dos contínuos estímulos à leitura pelo padre Luiz Gonzaga, Jorge se aborrece com o ambiente religioso do internato e passa por um período de depressão. Ele cogita abandonar o colégio, mas seu pai nega o pedido (PEREZ, 1972). A negativa paterna motivaria a primeira aventura do autor que futuramente viajaria pelo mundo. Gozando de prestígio, anos mais tarde, o autor visitaria inúmeros países. Uruguai, Argentina, Chile, Peru, México, Estados Unidos, Cuba, França, Itália, Espanha, Rússia e China, para citar alguns, fariam parte da sua ronda. Adepto de longas viagens, preferencialmente por terra ou mar, Jorge inicia sua primeira jornada em 1924⁸ ao fugir aborrecido do colégio. Cerca de 292 quilômetros foram percorridos, durante dois meses, de Salvador até Itaporanga, no Sergipe, onde morava seu avô paterno, José Amado. Praticamente sem dinheiro, atravessou todo o sertão da Bahia, uma proeza para sua idade. A pedido de seu pai, o tio Álvaro foi buscá-lo. *Quando fugi do colégio dos jesuítas, foi tio Álvaro quem viajou até Sergipe para me buscar. Eu esperava que o mundo*

⁸ Há divergências de data na bibliografia pesquisada. Carneiro e Rubim (1992) indicam como 1924. Perez (1972) relata o fato como ocorrido em 1926.

caísse em cima de mim. De tio Álvaro não ouvi críticas nem acusações. No seu sorriso, pareceu-me encontrar solidariedade e aplauso (AMADO, 1982, p.83).

Em 1926, Jorge é transferido para um colégio muito mais liberal, o Ipiranga, que funcionava no mesmo prédio onde morreu o poeta Castro Alves. Membro da diretoria do grêmio estudantil, dirige o jornal oficial da entidade, *A Pátria*, que logo abandona para fundar *A Folha*, veículo de oposição ao primeiro.

Como externo do Colégio Ipiranga, aos 14 anos, começa a conviver mais intensamente com o povo da Bahia, passando a morar em um casarão, atual Hotel Pelourinho, onde os problemas sociais e raciais passam a ser motivo de preocupação. Seu primeiro emprego é no *Diário da Bahia*⁹, como repórter policial em matérias não assinadas, onde mais tarde é promovido a redator. Em seguida, em 1929, Jorge entra para o jornal *O Imparcial*, com tendência integralista, que pertenceria, mais tarde, ao coronel Franklin Lins de Albuquerque¹⁰, da zona do São Francisco. Jorge Amado trabalharia, novamente, no período da Segunda Guerra Mundial, no *Imparcial*, assinando a coluna “A Hora da Guerra”.

Jorge levava uma vida boêmia, em contato íntimo com a cidade, as festas populares, os estivadores, os capoeiristas, as baianas, as prostitutas. O contato permitiu ao escritor a compreensão do microcosmo baiano. O cotidiano das ladeiras íngremes e disformes do Pelourinho resulta em período de grande importância: fonte para o retrato da

⁹ No começo eu fazia reportagens de polícia, era repórter de polícia, o grau mais inferior do jornalismo, “os cães esmagados”: eu ia às delegacias para me informar sobre o que ocorrera desde a véspera – os acidentes, os crimes, as brigas, qualquer coisa; ia ao necrotério para saber quem morrera, em que estado estava o cadáver, quantas facadas recebera, em que circunstâncias etc., para o registro de fatos diversos, completados por outro repórter, um pouco mais acima de mim. Durante algum tempo a coisa ficou neste pé. Até que Moniz Sodré, um homem distinto, jurista, político, que era ou havia sido senador, já não lembro exatamente, e que era o diretor do Diário da Bahia, um dia se deparou com um artigo que tratava da região do cacau; aquilo o interessou, quis saber quem o escrevera, soube que fui eu, um moleque, que “fazia polícia”. Ele decidiu que a partir de então eu faria parte da redação (AMADO apud RAILLARD, 1990, p.32).

¹⁰ Um daqueles coronéis chefes de jagunços, grande figura, homem fabuloso. Ele tinha tanta aversão pelo comunismo que, como gostava muito de mim, não dizia que eu era comunista, dizia que eu era russista. Mas o coronel Franklin tinha uma confiança enorme em mim. Entregou-me a direção do jornal, pois o diretor, o filho dele, Wilson Lins, meu amigo, estava no Rio. E o *Imparcial* foi um grande jornal progressista daquele momento. (AMADO apud GOMES, 1981, p.22).

sociedade baiana que seria impresso nos seus livros. Nesta fase, colaborou com a revista literária *O Meridiano*, a revista *O Momento* e *O Jornal*.

Com o objetivo de estudar, Jorge muda-se para o Rio de Janeiro, em 1930. Na cidade carioca, conhece Vinícius de Moraes, Otávio de Faria e outras personalidades da literatura. Entre os primeiros classificados, entra na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no ano seguinte. Publica, em 1932, com uma tiragem inicial de mil exemplares, seu primeiro livro, pela editora Schmidt:

Aos dezenove anos, publica seu primeiro romance, **País do Carnaval**, que é seu primeiro grito de revolta. O Brasil é conhecido como o país do carnaval, carnaval barulhento, alegre, mas este júbilo não nos deve deixar esquecer que não passa de uma compensação, um arrancamento efêmero, infelizmente, à verdadeira realidade brasileira que é a de um povo miserável, subalimentado, explorado.¹¹

O segundo livro, **Cacau**, é lançado em 1933 e repete o sucesso de crítica do anterior. A obra – inspirada numa viagem no ano precedente para Pirangi, onde retomou seu contato com a terra e impressionou-se com a vida dos trabalhadores locais –, publicada pela Ariel Editora, esgotou-se em um mês. No prólogo do livro ele explica: *Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?* (AMADO apud TÁTI, 1972, p.127). No mesmo ano, torna-se redator-chefe da revista *Rio Magazine*. Em Estância, no Sergipe, cidade natal de seu pai, casa-se com Matilde Garcia Rosa¹². O herói que Matilde esperava apareceu. A paixão juvenil e contrariada os levou a um casamento fugido. Com 17 anos, Matilde teve sua certidão de

¹¹ (BASTIDE, 1972, p.45).

¹² Matilde era uma moça típica de classe média, de hábitos comuns, estudiosa, além de ter um pai que, se não era uma fera, era um homem muito austero, mesmo para os padrões da época. Estudou no Instituto Lafayette, na Tijuca, na época um dos melhores colégios do Rio de Janeiro. (...) Matilde era uma dessas moças de temperamento mais para introspectivo, a cabeça fervilhando de fantasias, idealista, à espera de um jovem herói de palavra inflamada, de pena vibrante, que investisse contra os poderosos senhores de injustiças sociais que tanto lhe indignavam (NASCIMENTO, 2007, p. 147).

nascimento adulterada para poder casar, já que era menor de idade e seus pais não concordavam com o casamento (NASCIMENTO, 2007). Em 1935 tiveram uma filha, Eulália Dalila Amado, chamada carinhosamente como Lila e que faleceu aos 14 anos. A união de Matilde com o rapaz de olhos travessos e de conversa envolvente durou até 1944.

O terceiro livro, **Suor**, foi lançado em 1934, pela Livraria José Olympio Editora, onde Jorge trabalhava escrevendo *releases* e, depois, cuidando da parte editorial. É também a Bahia a temática e o cenário do novo romance. Habitantes e frequentadores do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador, são as figuras predominantes na narrativa.

Velhos, prostitutas e homossexuais passam pelas páginas do livro, onde se ilumina a figura de Linda, jovem que vai se ligar a um líder operário, o mecânico Álvaro, iniciando-se, assim, em projetos de transformação social. Num comício baiano, Álvaro cai morto, atingido por uma bala disparada pela polícia. Mas Linda não abandona ideias, nem ideais. Vai em frente, distribuindo panfletos subversivos, em cumprimento de sua missão revolucionária, em busca de um mundo novo.¹³

Em 1935, ano em que se forma no curso de Direito, Jorge escreve no jornal *A Manhã*¹⁴, órgão da Aliança Nacional Libertadora. **Jubiabá**, seu quarto livro, é lançado pela editora José Olympio no mesmo ano. A obra trata da vida dos negros em Salvador e, de certo modo, se apropria da técnica da literatura oral negra. Conforme Roger Bastide, o tema funde o “documento sociológico e a reivindicação revolucionária” (BASTIDE, 1972).

A primeira prisão política ocorre em 1936, quando Jorge é acusado de participar da

¹³ Disponível em http://www.fundacaojorgeamado.com.br/jorge_obras.htm, acessado em 7 de setembro de 2008.

¹⁴ Eu fui à Argentina pela primeira vez em 35, para “cobrir”, como jornalista, uma viagem de Vargas – ainda não estávamos na ditadura, que começou em 37. Naquele tempo, os chefes de Estado não viajavam ao exterior com frequência que o fazem hoje, era muito mais raro. Portanto, Vargas se fez acompanhar por representantes de todos os jornais, que embarcaram num navio que transportava parte da comitiva presidencial.

O jornal da ANL, *A Manhã*, precisava muito do dinheiro, e por isso tinha interesse em que um dos seus jornalistas acompanhasse (*sic!*) Getúlio, para poder receber os subsídios previstos – o próprio enviado do jornal não receberia nada, a não ser sua passagem do navio; quanto ao resto ele teria que arcar sozinho. Dois jornalistas se candidataram, Brasil Gerson e eu – consegui o lugar porque eu tinha um i(...) Portanto, estive na Argentina e no Uruguai com Getúlio, foi uma viagem sem importância alguma, mas foi a primeira vez que saí do Brasil (AMADO *apud* RAILLARD, 1990, p.114).

Intentona Comunista, em Natal. **Mar Morto**, seu quinto romance – que recebe o Prêmio Graça Aranha, da Academia Brasileira de Letras –, é publicado. A obra retrata a vida de pescadores, marinheiros, mestre de saveiros, o romance de Guma e Lívia, “que é a história da vida e do amor no mar” (AMADO, 1936), e o culto a Iemanjá para livrar os homens do mar dos perigos da maré alta.

Ainda neste ano, Jorge Amado e Matilde passam uma temporada na cidade de Estância, no Sergipe. Ele publica artigos nos jornais *Voz do Povo*, *O Estado de Sergipe* e *Folha da Manhã* (NASCIMENTO, 2007).

O livro seguinte, **Capitães da areia**, é publicado em 1937. Conta a história de menores abandonados que habitam as ruas de Salvador e dormem “sob a lua, num velho trapiche abandonado” (AMADO, 1937). Diferentemente de **Mar morto**, onde claramente há influência da linguagem poética, em **Capitães da Areia** volta o documentário (CANDIDO, 1972, p. 113).

Em 1938, Jorge Amado torna-se redator-chefe do semanário de literatura *Dom Casmurro*, onde publica uma espécie de diário de viagens¹⁵. Neste período, o escritor lamenta sua condição financeira.¹⁶

Jorge também era redator da revista *Diretrizes* – que publica o **ABC de Castro Alves** –, de Samuel Wainer, e inicia a colaboração com a revista *Vamos ler!*, que manterá até 1941.

O autor, que gostava de escrever apenas pela manhã, e cujo sonho de felicidade era comer e não engordar, teve publicado, em 1942, em Buenos Aires, **A vida de Luis Carlos Prestes**. Mesmo editado em espanhol, o livro é vendido clandestinamente no

¹⁵ Quando em 1938 empreende a publicação de uma “grande reportagem” para o jornal *Dom Casmurro* do Rio de Janeiro, a partir das anotações feitas durante a viagem de 1937 pela América Latina, Jorge Amado está de fato ensaiando novas formas de escrita que mesclam testemunho, memória e documento (ANTELO, 2001, p. 8-9).

¹⁶ Tempos bichudos, pobre de Jó, sou redator-chefe de *Dom Casmurro*, semanário de literatura, espécie de *Nouvelles Littéraires* traduzidas em brasileiro por Brício de Abreu, *bon-vivant* com muitos anos de Paris, o cargo não me rende vintém furado. (...) Vivo de biscates (AMADO, 1996, p. 366).

Brasil. Ao voltar ao país, é preso ao desembarcar em Porto Alegre e enviado para o Rio de Janeiro, onde não permanece por muito tempo. É despachado para Salvador, onde fica confinado.

De volta à capital baiana, retorna para as páginas do *Imparcial*¹⁷. Atendendo a um pedido de Bibi Ferreira, escreve a peça **O amor do soldado**, em 1944. A companhia teatral foi dissolvida e a peça não foi encenada. O romance **São Jorge dos Ilhéus** é lançado e o casamento com Matilde chega ao fim.

O escritor presidiu, em janeiro de 1945, a delegação baiana do I Congresso de Escritores, em São Paulo. O encontro termina com uma manifestação contra o Estado Novo e Amado é preso por um breve período, junto com Caio Prado Jr.. Jorge passa a viver na capital paulista, onde chefia a redação do jornal *Hoje*, do Partido Comunista Brasileiro, tarefa que tomava maior parte do seu tempo (AMADO, 1992, p. 214). O autor também escreve a coluna diária “Conversa Matutina”, na *Folha da Manhã*.

Jorge conhece Zélia Gattai, filha de imigrantes italianos anarquistas, em maio de 1945. Ela já o vira meses antes, de longe:

Eu vira Jorge antes de ele me ver, no Teatro Municipal, no início de 1945, na abertura do I Congresso Brasileiro de Escritores, no qual ele presidia a delegação baiana.

Admiradora do escritor, ao saber que ele participaria do congresso, toquei-me para o Municipal e, acanhada, em meio a tanta gente importante que lotava o teatro, sentei-me lá atrás, recolhida em minha timidez, só observando.

Ao longe, eu o vi cercado de gente, sobretudo de mulheres, belas, cultas e charmosas. Conheci a algumas delas, de jornais e revistas.

Sentada estava, sentada fiquei. Quem era eu para me aproximar da celebridade?¹⁸

É durante a organização do comício de Luís Carlos Prestes, que aconteceria no

¹⁷ Trabalhei de novo no *Imparcial* durante a guerra, quando a polícia política do Estado Novo – a ditadura de Getúlio Vargas – me destinou residência na Bahia. O coronel Franklin confiara a direção da redação do jornal ao Wilson, e nós dois praticamente fizemos o jornal durante dois anos: de três mil exemplares, a tiragem passou para dez mil! Era uma tiragem considerável em 37 para a época. Entre outras coisas, eu fazia um artigo diário sobre a guerra, “Hora da Guerra”, uma crônica sobre os acontecimentos na Europa cujo desenvolvimento seguíamos passo a passo (AMADO apud RAILLARD, 1990, p.33).

¹⁸ (GATTAI, 2002, p. 11-12).

Estádio do Pacaembu, ao lado do poeta chileno – mais tarde padrinho de sua filha Paloma – Pablo Neruda, que Jorge conhece Zélia:

Havia muita gente, como eu, disposta a trabalhar pelo comício. (...) Ao longe vi Jorge que se aproximava, comprimido no meio daquele povo até chegar ao centro do recinto, onde seriam designadas as pessoas para integrar as várias comissões de trabalho.

Agora sim, ele estava na minha frente, a poucos passos. Eu nunca o vira tão de perto e o achei charmoso. Pensei: apenas 32 anos, tantos livros escritos, tantas aventuras e desventuras...

Estava eu perdida em meus devaneios quando o vi estender a mão para mim:

– Você vai trabalhar comigo... – Ainda olhei para o lado, seria comigo que ele falava? Era.

Segurou-me pelo braço:

– Venha aqui... – Levou-me até uma mesa, sobre a qual estava uma máquina de escrever. Puxou a cadeira:

– Senta aí e escreva um comunicado à imprensa que eu vou ditar.

Morta de vergonha, respondi:

– Eu não sei escrever à máquina.

– Não sabe bater à máquina? Que moça mais inútil!¹⁹

Jorge percebeu o encabulamento de Zélia e delegou-lhe outra função: ela deveria ajudá-lo na organização de outro comício, na Lapa. Zélia matriculou-se em um curso de datilografia no dia seguinte. Durante muitos anos ela datilografaria os originais de seus livros. Depois do constrangimento inicial, mais encontros em comícios, onde Zélia deveria sugerir sempre a última palavra do discurso de Jorge, se sucederam. Mais algumas festas e jantares entre amigos. Em julho os dois estavam morando junto. Não puderam se casar, pois o divórcio não era legal e ambos haviam sido casados.

O mandato na Assembleia Constituinte é assumido por Jorge Amado em 1946. Várias de suas emendas, como a da liberdade de culto religioso e a que dispõe sobre direitos autorais, são aprovadas.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de nº 2.850 (aprovada; XXII, 130), isentando de tributos de importação e produção de livros, periódicos e papel de imprensa e nº 3.058 (rejeitada; XXIII, 42) garantindo direito de asilo a todos os perseguidos políticos por defenderem a causa da

¹⁹ (GATTAI, 1999, p. 16)

democracia; nº 3.059, facilitando a concessão de *habeas corpus* aos cidadãos que fossem objeto de arbitrariedades policiais; nº 3.062, contrária à obrigatoriedade do ensino religioso; nº 3.064, suprimindo a necessidade de censura prévia para a publicação de livros e periódicos; e a de nº 3.355, eliminando o dispositivo que facultava apenas a brasileiros natos o exercício de profissões liberais.²⁰

Ainda em 1946, **Seara vermelha**, que narra a viagem de uma família de emigrantes nordestinos para São Paulo (MORAES, 1977) é lançado.

O amor de Castro Alves é publicado em 1947. No mesmo ano, às 20 horas, no dia 25 de novembro, na Maternidade Arnaldo de Moraes, nascia João Jorge Amado, filho de Jorge e Zélia. No ano seguinte, com o cancelamento do registro do Partido Comunista, o mandato de Jorge Amado é cassado (RAMOS, 1998). O autor, cujas cidades do coração são Salvador e Paris, exila-se voluntariamente na a Cidade Luz, onde também pode consumir sua bebida favorita: vinho francês. Após sua casa do Rio de Janeiro ser invadida por agentes federais, Zélia e João partem para Gênova, onde Jorge os apanha para residir em Paris. É neste período que o escritor faz amizade com Picasso e Jean-Paul Sartre.

O governo francês expulsa a família Amado por motivos políticos, em 1950. Eles passam a residir em Dobris, na Tchecoslováquia, no castelo da União dos Escritores. Sobre os países socialistas, Jorge escreve **O mundo da paz**, não mais reeditado no futuro por decisão do autor. Em 1951, escreve o romance, em três partes, **Os subterrâneos da liberdade** (lançado somente em 1954). Em Praga, nasce sua filha Paloma. De 1952 a 1955, Jorge Amado viaja pela China, Mongólia, Europa, Argentina e Chile.

Em 1956, no Rio de Janeiro, o escritor assume a direção do quinzenário cultural

*Paratodos*²¹.

²⁰ (BRAGA, 1998, p.717).

²¹ (...) era um trabalho no âmbito cultural, e ainda por cima em franca oposição às posições sectárias e estreitas do Partido; por exemplo, durante a revolução húngara, *Paratodos* tomou uma posição que não correspondia à oficial do Partido. Durou três anos. Foi muito importante... Era uma empreitada à

Um de seus livros mais famosos, **Gabriela, cravo e canela**, é lançado em 1958 e coleciona prêmios: Machado de Assis, do Instituto Nacional do Livro, Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, e Luiz Cláudio de Souza, do Pen Club, entre outros.

A partir de **Gabriela**, a obra amadiana, sem abdicar do modelo do romance romanesco, amplia o tratamento literário das relações de poder. Abre-se mais o leque de vozes da margem: da perspectiva de classe para as de gênero e etnia, tão presentes nas contendas deste final de século. Sinal dos tempos e traços de uma escrita permanentemente demarcada pelo relógio da história.²²

A novela **A morte e a morte de Quincas Berro D'água** é lançada na revista *Senhor*, do Rio de Janeiro, em 1959. Em uma pesquisa informal realizada pela revista *EntreLivros* (2006, nº 16), 14 de 20 escritores consultados têm como livro preferido de Jorge Amado **A morte e a morte de Quincas Berro D'água**. *A novela, mais próxima da concisão e da intensidade do conto, evita digressões, descrições e diálogos excessivos* (HATOUM, 2006).

Os bordados de ouro destacavam-se do tecido verde-escuro. O colarinho branco e engomado atrapalhava. Em 1961, Jorge Amado veste o fardão para ocupar a cadeira de número 23²³ – inaugurada por Machado de Assis e cujo patrono era José de Alencar – da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ele fora eleito por unanimidade, em primeiro escrutínio, no dia 6 de abril. A posse aconteceu no dia 17 de julho.

vanguarda de seu tempo, hoje teria sido impossível consegui-lo. Oscar Niemeyer pôs muito dinheiro ali, eu pus um pouco, e Zélia, sempre intrépida, derramou-se por todo o país a fim de encontrar apoio. Enfim.... durante três anos este jornal teve um papel muito importante na vida cultural, principalmente porque permitiu novamente uma “convivência” entre escritores e artistas; o sectarismo dos anos 46-47 criara uma completa ruptura, arruinara a Associação de Escritores Brasileiros, os escritores armavam-se uns contra os outros, e os artistas também. Havia uma divisão profunda entre os escritores comunistas e os não-comunistas, homens de grande valor cujas posições democráticas eram indiscutíveis, como no caso de Carlos Drummond de Andrade e Érico Veríssimo, que eram violentamente atacados. Mas *Paratodos* reconciliou os escritores e todas as pessoas, fez um grande trabalho... Oscar era presidente-diretor geral do negócio, eu, o diretor do jornal, Moacir Werneck de Castro, redator-chefe e James secretário de redação. Era um trabalho importante... e foi uma época muito agradável. Fizemos muitas coisas, recomecei meu trabalho literário e comecei a escrever Gabriela.

Paratodos terminou em 58, o que coincidiu mais ou menos com o lançamento de **Gabriela** – entretanto, acho que, quando **Gabriela** apareceu, em maio de 58, *Paratodos* ainda existia; ele terminou, se não me engano, em setembro (AMADO *apud* RAILLARD, 1990, p. 214-215).

²² (DUARTE, 1997, p. 97)

²³ Zélia Gattai ocupou sua cadeira na ABL quando Jorge Amado faleceu em 6 de agosto de 2001.

Ao ver o filho de fardão, de chapéu bicorne com arminhos, capa e espada, seu João, que nesse dia envergara o melhor terno e colocara no dedo mindinho o anelão de brilhante, sorriu satisfeito. *Meu filho!*, murmurou ele e não conseguiu dizer mais nada. Nesse dia Lalu foi ao cabeleireiro, vestiu o traje bordado de miçangas, elegante (...).²⁴

O discurso de Jorge Amado inicia com as palavras de recordação:

Chego a vossa ilustre companhia com a tranquila satisfação de ter sido intransigente adversário desta instituição naquela fase da vida em que devemos ser, necessária e obrigatoriamente, contra o assentado e definitivo, quando a nossa ânsia de construir encontra sua melhor aplicação na tentativa de liquidar, sem dó nem piedade, o que as gerações anteriores conceberam e construíram.²⁵

As novelas **A morte e a morte Quincas Berro D'água** e **A completa verdade sobre as discutidas aventuras do comandante Vasco Moscoso de Aragão, capitão de longo curso** foram publicados no livro **Os velhos marinheiros**, em 1961.

No alto da ladeira da Rua Alagoinhas, no bairro do Rio Vermelho, em Salvador, a família instala-se no número 33. A reforma da grande casa branca foi comandada pelo arquiteto Gilbert Chaves – recomendado pelo amigo de Jorge e escultor Mário Cravo. *Projeto interessante, de casa ampla, largos terraços, muita traliça, grades, casa para o clima da Bahia* (GATTAI, 1999, p. 63). Os amigos mais próximos colaboraram. Na entrada da casa está o conhecido Exu, do artista Carybé. Quadros e esculturas de Mirabeau decoram a residência. Até as plantas frutíferas são contribuições de amigos (GATTAI, 1999).

As grades ficam por minha conta, disse Mário; eu me encarrego de pintar os azulejos, disse Carybé; eu pinto as portas e os basculantes de vidro, falou Jenner. Por acaso, naquela noite encontrava-se na casa de Mário, de quem era muito amiga, Lina Bo Bardi, que viera de São Paulo para a Bahia, contratada pelo governador do Estado – na ocasião, Juracy Magalhães – como diretora do Museu

²⁴ (GATTAI, 1999, p.32)

²⁵ (AMADO, 1972, p. 3)

de Arte Moderna da Bahia. Lina também deu seu palpite: *Por que não colocam no piso das escadas e nos caminhos cacos de azulejos? Vocês podem conseguir à vontade na cerâmica do Udo. Ele tem montes de azulejos quebrados.* Tudo que foi combinado nessa noite foi feito e muito mais.²⁶

Vadinho e Teodoro disputam o coração de uma jovem senhora. **Dona flor e seus dois maridos** é lançado em junho de 1966. Jorge Amado precisa realizar duas sessões de autógrafos em Salvador para atender todos leitores. MATTA (1997) explica que ,através da história de Dona Flor, é possível entender sociologicamente o Brasil.

(...) Eles falam por todos nós quando contrastam um Vadinho malandro com um Dr. Teodoro caxias e comedido. Se a visão tradicional sempre contrastou e tornou incompatíveis essas figuras, colocando o malandro contra o caxias e a modernidade contra o carnaval, o estilo carnavalesco de Dona Flor apresenta uma possibilidade de síntese. Agora, pode-se amar e até mesmo casar-se com os dois, numa importante revelação de que o Brasil só encontrará o seu destino quando puder somar-se a si mesmo como Estado-nacional e como sociedade.²⁷

Em 1969, Jorge Amado lança **Tenda dos milagres**, que considera seu melhor romance, sobre o qual nos debruçamos neste trabalho e falaremos mais adiante. No começo da década de 70, em 1972, **Tereza Batista cansada de guerra** chega às livrarias. No ano de 1974, torna-se colaborador do jornal *O Popular*, de Goiânia. Em 1976, com o fechamento da Livraria Martins Editora, Jorge Amado passa a ser autor exclusivo da Record. Com ilustrações de seu amigo Carybé, Jorge publica **O gato malhado e a andorinha Sinhá**, a pedido de seu filho João. O romance, concluído em Londres, **Tieta do Agreste – Pastora de cabras, ou a volta da filha pródiga, melodramático folhetim em cinco sensacionais episódios e comovente epílogo: emoção e suspense!**, é lançado em 1977.

Nos anos que se sucedem, Jorge Amado publica os livros **Farda fardão camisola**

²⁶ (GATTAI, 1999, p. 63)

²⁷ (MATTA, 1997, p.134)

de dormir (1979), **O menino grapiúna** (1981), em uma edição não-comercial, **Tocaia grande** (1984) e **O Sumiço da santa** (1988).

No Largo do Pelourinho, entre coloridos sobrados coloniais de sacadas estreitas, um casarão azul-claro se ergue na ladeira. Ali, funciona a Fundação Casa Jorge Amado, inaugurada em 7 de março de 1987. A casa passa a desenvolver um importante papel na preservação e divulgação da obra do escritor. O símbolo da Casa é um exu desenhado por Carybé, que já aparecia em algumas edições dos livros de Jorge e até na sua residência, na Rua Alagoinhas. *Segundo as mães-de-santo, exu é uma divindade travessa, uma criança, que adora pregar peças e, principalmente, não admite censura* (AMADO *apud* SALLES, 1997, p. 23).

Em 1992, Jorge Amado publica seu livro de memórias **Navegação de Cabotagem** e, em 1994, **A descoberta da América pelos turcos**. Em 1996, em Paris, Jorge Amado dá sinais de sua saúde debilitada ao sofrer um edema pulmonar. *A saúde abalada, Jorge vinha nos dando sustos contínuos com problemas de coração. Amargurava-nos também a acentuada falta de visão central, que o impedia de ler e escrever* (GATTAL, 2002, p. 93).

Durante tratamento contínuo, em Salvador, Jorge recebeu uma mensagem da Sorbonne, em Paris. Queriam fazê-lo doutor *honoris causa* da universidade. Jorge aceitou o convite. Paloma, João e Zélia estavam preocupados que, após tantas homenagens, Jorge não resistisse às emoções. *Escrever é, para mim, o mesmo que viver – declarou Jorge certa vez. Os anos se passavam e ele não escrevera mais. Não escrevia, nem lia, olhos fechados, a tristeza estampada no rosto* (GATTAL, 2002, p. 96).

E acrescenta: *2001 foi o pior dos anos, o ano de sua morte, de sua partida para sempre, são Jorge chegando na Lua para não mais voltar. Dragão tomou férias grandes, os dois estavam cansados demais* (AMADO, 2002, p. 231).

Com uma parada cardiorrespiratória, Jorge Amado faleceu aos 86 anos, no dia 6

de agosto de 2001. Mais de 9 mil pessoas passaram pelo seu velório. Suas cinzas foram jogadas ao pé de uma mangueira plantada por ele, no quintal da casa nº 33, da Rua Alagoinhas.

Zélia Gattai faleceu em 17 de maio de 2008, aos 91 anos. Ela estava internada no Hospital da Bahia para recuperação de uma cirurgia. Suas cinzas foram jogadas junto às de Jorge.

Do Rio Vermelho, onde estão as cinzas de Jorge e Zélia, é possível ter uma bela vista de Salvador, certamente inspiradora. A casa, nas cores azul e branco e rodeada por plantas, uma paisagem que, mesmo na mesma cidade, é completamente daquela que encontramos no Pelourinho, onde se passa o romance **Tenda dos Milagres**.

O livro foi escolhido justamente por possibilitar uma análise sócio antropológica de um fenômeno determinante - se não constituidor pleno, de grande influência - na identidade brasileira, a miscigenação. Por se desenrolar no Pelourinho, como falamos, possibilita a análise de uma representação da regionalidade baiana que também se transformou em nacional.

Jorge Amado é um escritor que investe na regionalidade em seus livros, seja no espaço urbano ou rural, com personagens trabalhadores, vagabundos, excluídos economicamente, culturalmente e também religiosamente. Sobre a temática documental repetida em todos livros de Amado, Antonio Candido considera que daí também surge sua superioridade na Literatura, pois se apresenta num sistema vigoroso. A limitação dos assuntos seriam na opinião de Cândido, justamente a condição de sua evolução literária. “Desenvolvimento que se faz seguro, num retomar constante e sucessivo de temas anteriores, um livro, como saindo do outro”, (CANDIDO, 1945).

E justamente estes temas “repetidos” que nos interessam, particularmente da abordagem que surge em **Tenda dos Milagres**, por mostrar em suas páginas, como diz Candido, “revelação do povo como criador”. Vejamos:

No trabalho de revelação do povo como criador, nenhum escritor se apresenta de maneira mais característica do que o sr. Jorge Amado. Os seus livros penetram na poesia do povo, estilizam-na, transformam-na em criação própria, trazendo o

proletário e o trabalhador rural, o negro e o branco, para sua experiência artística e humana, pois que ele quis e soube viver a deles.²⁸

Candido define a “fórmula estética” de Jorge Amado como “documento e poesia [que] se fundem harmoniosamente através do romance histórico” (CANDIDO, 1972). Histórias que mostram a exploração de um povo e a visão política de Jorge Amado. Como diz Flávio Loureiro Chaves, “a tendência de Jorge Amado era francamente de esquerda e traduzia sem disfarce a posição do Partido Comunista à época” (2006, p. 35).

Através do documento, o autor percebera a espoliação de uma classe; através da poesia, sentira seu valor e o seu significado; através da história, que reúne espoliados e espoliadores numa relação de perspectiva, alargou a todos os homens a sua simpatia artística.²⁹

Dono da cadeira número 8 da Academia Brasileira de Letras, Antonio Olinto, faz uma leitura do tema da miscigenação e da essência de **Tenda dos Milagres**.

Existirá preconceito racial no Brasil? Esta é a pergunta que está sob as camadas de **Tenda dos Milagres**. O brasileiro comum, que nunca tenha reparado muito em que somos várias raças juntas, dirá que não. Ao longo, no entanto, dessa falta de preconceito já houve momentos de perigo, e um personagem como Nilo Argolo, que Jorge Amado traça com realismo exemplar, pode ser o símbolo de uma tendência infelizmente não extinta de todo.³⁰

Antonio Olinto observa que **Tenda** tem uma tese por trás do seu enredo, a de que nossa cultura é genuína e precisa ser defendida.

Tenda dos Milagres é romance de tese mas num grande e alto sentido. (...) A mensagem de Jorge Amado em **Tenda** é a de que precisamos defender a cultura mista por nós criada e que nos torna diferentes da grande maioria dos povos de hoje. É dentro dessa mistura, através dela e por ela, que nos realizamos como povo e como nação.³¹

É na Bahia “onde a mistura se processa” (AMADO, 1969) e que, como afirma Olinto, nos realizamos como nação. A mistura racial é a tese deste romance dividido em

²⁸ (CANDIDO, 1972, p. 112)

²⁹ (CANDIDO, Antonio, 1972). .

³⁰ (OLINTO, Antônio, 1972, p. 207)

³¹ (OLINTO, Antônio. 2972, páginas 207 e 208).

dois tempos. O primeiro, na transição do século XIX para o XX e o segundo, no começo da década de 70. Apesar de ser marcado por dois períodos diferentes, o livro não segue uma linearidade entre os dois tempos. Não existe uma sequência uniforme de acontecimentos que levam ao desfecho assim como não existe apenas um narrador. O leitor recebe a estória intercalada pelos pontos de vista de Fausto Pena, Pedro Archanjo e do autor.

Na primeira parte, Pedro Archanjo é uma figura popular em Salvador pela sua ligação e convivência direta com o povo. Archanjo é um bedel da Faculdade de Medicina da Bahia onde se polariza ao personagem Nilo Argolo. A oposição se concretiza através das diferenças teóricas entre ambos. Pedro Archanjo defende a mestiçagem como qualidade do brasileiro, enquanto Nilo Argolo divulga a tese de que a miscigenação é a causa do nosso atraso e que mestiços e negros são uma raça inferior. Ao lado de Pedro Archanjo, o riscador de milagres Lídio Corró é amigo e também responsável pela impressão e distribuição dos livros de Pedro. A distribuição foi tão bem sucedida, que em 1968, o professor James D. Levenson chega ao Brasil procurando conhecer mais sobre Archanjo. Levenson descobriu os livros de Archanjo na biblioteca da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, para onde Corró havia enviado exemplares décadas antes. De desconhecido no Brasil e na Bahia, a Archanjo é promovido a personalidade nacional, orgulho do país, depois da declaração de admiração legitimadora feita por Levenson. A redescoberta de Archanjo é o pano de fundo do segundo tempo do romance.

Além da mudança temporal, o fluxo da narrativa não segue uma linearidade de estilos. É como se estivéssemos escutando diferentes pessoas contando a história, com diferentes vozes e sotaques. A mudança de estilo ocorre de acordo com o ângulo da narrativa (OLINTO, 1969).

De vez em quando, é como se o autor interrompesse a história para discutir assuntos, ou temos a impressão de que uma câmara acompanha Pedro Archanjo, Lídio Currió (sic!) e outros personagens, ou é um *jester*, um brincalhão que fornece comentários sobre os homens e as coisas. Os pontos de partida, as direções da narrativa, mudam de compasso quase que a intervalos regulares, num equilíbrio de massa ficcional que muito poucos ficcionistas de qualquer época jamais conseguiram.³²

Antônio Olinto também percebe as mudanças de estilo conforme o tempo narrativo.

³² OLINTO, 1969, p. 206.

Como ele diz, encontramos o lírico, o picaresco e até pedante. Mas a diversidade se funde em um só livro que como o autor afirma, parece ter sido escrito por diversos homens. Qual Jorge Amado? Como questiona Flávio Loureiro Chaves. Olinto brinca, abrindo parênteses, dizendo que sente “prazer imaginar um perfeito cartesiano entrando na estrutura de **Tenda** e tentando compreendê-la, absorvê-la, explicá-la” (p. 208). Isso porque o mágico convive ao lado do real, ciência ao lado da crença e, claro, o branco ao lado do negro. O que realmente chama atenção é a mestiçagem como resposta ao problema racial no Brasil. Não é por menos, vejamos o que pensa Jorge Amado a respeito.

Pedro Archanjo seria, na opinião de Olinto, um personagem forte, que “se impõe, de pronto como criação decisiva na nossa literatura” (p.209). Para o próprio Jorge Amado, Archanjo seria um de seus personagens mais complexos. “Questões importantes são abordadas através dele, o não sectarismo, a consciência de que as ideias não devem consumir o homem”³³.

Por tratar da temática do nacional, trazer um personagem rico e complexo e inovar na linguagem Olinto crê que Jorge Amado fez uma “revolução de língua” capaz de alcançar leitores iniciantes e rebuscados. Para Olinto, a literatura brasileira do período estava precisando de uma “reforma” que fosse compreensível por qualquer pessoa.

A respeito da importância de Jorge Amado no sistema literário brasileiro, Antonio Candido (1945) afirma que na “nossa literatura moderna, o sr. Jorge Amado é o maior romancista do amor, força de carne e de sangue que arrasta seus personagens para um extraordinário clima lírico” (p.115).

Candido, que ao contrário de muitos acadêmicos doutrinados para a literatura canônica que exclui Amado do rol dos grandes autores brasileiros, elogia e reconhece o valor da obra amadiana. Antonio Candido faz também uma curiosa análise sobre Amado se debruçar sobre personagens negros e trabalhadores. Para Candido, os sentimentos destes personagens podem ser considerados “deformações”, já que Amado é um autor branco e de outra classe social. Apesar disso, “trouxo os negros da Bahia para a arte e deu existência estética, isto é permanente à sua humanidade. Arte é estilo, e estilo é convenção” (p.116), diz Candido.

Sobre os negros e a problemática racial no Brasil, a mestiçagem não deixa de ser a solução encontrada por Jorge Amado e que expressa sua visão crítica, como afirma Fábio Lucas (1997). Para Lucas, a mestiçagem como “agregação positiva ao nosso processo

³³ RAILLARD, 1992, p.216.

histórico” é a maior contribuição de Jorge Amado para o debate das relações raciais no país. “Dentro de seu engajamento político, Jorge Amado não omite a dignidade do negro e a força da contribuição africana ao projeto de formação do brasileiro” (p. 110).

Sem dúvida o tema da mestiçagem é o que salta aos olhos para qualquer um que leia **Tenda dos Milagres** ou até para quem assista a adaptação cinematográfica feita por Nelson Pereira dos Santos, em 1974.

A tese, como sustenta Antonio Olinto, de Jorge Amado está bastante explícita no romance. A solução para o preconceito racial é a mistura. Sobre isso e para concluir este capítulo, vejamos o que o próprio autor pensa:

Nós somos os baianos. (...) Aqui na Bahia tudo começou, toda (...) mistura que criou a nacionalidade brasileira. Essa mistura de brancos, negros, índios, de homens vindos das mais diversas partes e que aqui se encontraram e se misturaram. Porque, como eu digo sempre, só há uma forma de lutar, combater e vencer o racismo e acabar com o racismo. É com a mistura de raças, de sangue, de culturas. E aqui foi onde começou no Brasil esse processo. Então nós recebemos os deuses indígenas, recebemos os deuses africanos que vieram nos navios de escravos, recebemos o deus católico vindo da Península Ibérica. Cada qual com seu imaginário, cada qual com seu mito, com sua magia. Aqui essas magias, esses mitos, essas realidades, essas culturas, se fundiram. E aqui se criou uma cidade, como dizia o Padre Manuel da Nóbrega, colocada no Oriente do mundo uma cidade mágica, uma cidade que ao lado da terrível realidade cotidiana da vida do povo, tão sofrida, da vida do povo tão castigada, tão oprimida, tem uma realidade mágica, que sempre supera essa realidade terrível e faz com que nós baianos, nós brasileiros, tenhamos força para viver, para continuar a viver e para marchar para diante na certeza de que um dia será essa realidade a que se imporá por inteiro sobre a vida do povo acabando com a miséria e com a opressão.³⁴

3 DE COMO AS TEORIAS RACIAIS ENCONTRARAM NO BRASIL UMA TERRA FÉRTIL E MISCIGENADA DE ONDE PODERIA BROTAR UM FUTURO POSITIVO

- *Quem sabe, matando-nos a todos... uma um, senhor professor.*
 - *Eliminar a todos, um mundo somente de árias? (...) Não creio necessário chegar a tanto. Basta que promulguem leis proibindo a miscigenação, regulando casamentos: branco com branca, negro com negra e com mulata, e cadeia para quem não cumprir a lei.*
 - *Difícil será separar e classificar, senhor professor. (...)*
 - *Difícil, por quê? Não vejo a dificuldade.*
- (Diálogo significativo de Pedro Archanjo com Nilo Argolo)

Ser intelectual no Brasil nas décadas que assistiram ao século XIX ficar para trás para receber o século XX significava pensar a realidade do país, refletir sobre sua

³⁴ Depoimento em vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=bFM9OqXBSbA&list=UUCFDORHWgl6mUuGw47tFJpA&index=9&feature=plcp>

identidade e resolver o problema do atraso econômico e cultural da nação, que estava em formação. Atraso entendido quando relacionado com as potências do Velho Mundo. Com o surgimento da República, instituições como o Museu Nacional e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro foram criados justamente para responder algumas destas questões e se tornaram ambientes propícios, em conjunto com as universidades eminentes, para a proliferação de ideias, muitas vindas da Europa, e também para o planejamento da estrutura e futuro do país. “Quem somos?” é uma das principais questões filosóficas do ser humano, mas também afligia os intelectuais que precisavam encontrar resposta para a pergunta “Quem somos nós brasileiros?”. Alguns paradigmas científicos predominavam no período e serviam, inclusive, para justificar políticas internacionais.

Neste cenário, o evolucionismo, por exemplo, permite que grandes potências europeias justifiquem seu domínio sobre as demais sustentando um raciocínio cartesiano de que seriam mais evoluídas, enquanto os países dominados seriam atrasados, caminhando para a evolução. Uma justificativa “natural” para o Capitalismo que toma forma. Como mostra Ortiz (2003, pág. 15), importar esta teoria coloca um problema para os pensadores brasileiros. Como entender o Brasil, atrasado, inferior, atrás dos europeus? Ao mesmo tempo em que é necessário responder estes questionamentos, é preciso acreditar que o Brasil tem a possibilidade de evoluir, progredir e se desenvolver. Mas em que se pode basear essa possibilidade de evolução do país? Este raciocínio somado à compreensão da defasagem entre “teoria e realidade”, como diz Ortiz (2003), é o que dá substância para a busca de uma identidade nacional em paralelo à formação de um Estado Nacional.

Assim, o evolucionismo será matéria-prima para os intelectuais brasileiros, que precisam assimilar uma realidade que é diferente da europeia. Para entender nosso atraso, é preciso identificar nossa especificidade ao mesmo tempo em que se encontra a solução que levará ao progresso. Ortiz (2003) diz que para resolver esta equação os estudiosos acrescentaram dois elementos, meio e raça, esta última sobre a qual nos debruçaremos.

Antes de aprofundarmos o aspecto da raça, é interessante um tópico de discussão que é pertinente nos autores pesquisados e que explicará como as teorias raciais floresceram na terra fértil brasileira. O fato de o Brasil ter importado teorias estrangeiras para explicar um problema nacional significa que estava apenas reproduzindo, ou seja, copiando as ideias sem maior senso crítico?

Uma primeira conclusão se impõem. No momento em que teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil. Torna-se, assim, difícil sustentar a tese da “imitação”, da “cópia” da última moda; existe na realidade uma defasagem entre o momento de produção cultural e o momento de consumo.³⁵

Ortiz sustenta que não houve imitação brasileira das teorias raciológicas estrangeira e que, além disso, também sustenta a existência de um período de defasagem da teoria local e a de fora. A posição seria diferente de outros autores como Dante Moreira Leite e Thomas Skidmore, que segundo Lilia Moritz Schwarcz (2001), acreditavam na cópia brasileira, que não teria sido feito nenhum tipo de questionamento ou contraponto ao serem difundidas no Brasil. Schwarcz discorda e diz que é preciso fazer a análise dentro do contexto, que encarar deste modo significa classificar como uma “incapacidade intelectual” dos pensadores brasileiros. Neste ponto discordamos da autora, porque nas leituras não fizemos a mesma constatação de que as teorias foram apenas importadas. O próprio Skidmore (1989) mostra que as teorias foram adaptadas e até cruzadas para se encaixarem com as necessidades sociais de solução do problema da raça no Brasil.

Esta adaptação das teorias começaria a partir da própria escolha. Nem todos os intelectuais brasileiros optaram pelos mesmos autores e teorias, conforme Ortiz, que afirma que “essas teorias são demandadas a partir das necessidades internas brasileiras, a escolha se faz assim 'naturalmente” (2003, pág. 30), e acrescenta: “o dilema dos intelectuais do final de século é o de construir uma identidade nacional. Para tanto é necessário se reportar às condições reais da existência do país”. Essas condições reais dizem respeito principalmente a “abolição, aproveitamento do escravo como proletário, a colonização estrangeira e a consolidação da República”. Neste contexto social, a raça é a explicação e solução para os problemas nacionais. Vejamos:

A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. Nesse sentido, as teorias “importadas” têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado elas justificam as condições reais de uma República que se implanta como nova forma de organização político-econômica, por outro possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção de um Estado brasileiro. É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira. O fato de este branqueamento se dar em um futuro, próximo ou remoto, está em perfeita adequação com a concepção de um Estado brasileiro enquanto meta.³⁶

³⁵ (ORTIZ, 2003, págs. 29 e 30)

³⁶ (ORTIZ, 2003, págs. 30 e 31)

Podemos resumir o processo de escolha e adequação das teorias raciais em dois tópicos apresentados por Ortiz (2003, pág. 33). Em um primeiro momento, os intelectuais nacionais escolheram algumas das teorias disponíveis para, em seguida, “no interior dessas teorias”, escolherem os elementos mais pertinentes para solucionar o problema brasileiro. Com esta pesquisa, podemos afirmar que um destes elementos é a raça e que ela comporia nossa representação de identidade. Conforme Ortiz (2003, pág. 7), “se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”. A principal diferença da representação identitária entre o Brasil e os países europeus, de raça branca, é que aqui, além dos colonizadores portugueses também temos os índios e negros e justamente essa mistura, a miscigenação, seria nossa diferenciação, portanto, nossa identidade.

A temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica; concretamente se refere às condições sociais e históricas da amálgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira.³⁷

Com as ideias deterministas, o mestiço – ou seja, o brasileiro – herdaria as características de raças inferiores (índios e negros), mas ao mesmo tempo preservaria as características da raça branca, que se acreditava a mais forte. Assim, a mestiçagem aparece como solução para o Brasil pela possibilidade de branqueamento da população e, portanto, consolidava a ideia de uma nação em construção, com futuro.

O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, o processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente.³⁸

Conforme nos apresenta REIS (2005, pág. 25), o Brasil precisava de um passado para orgulhar-se e firmar-se como nação. Era preciso encontrar referências no passado. Em 1840, o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) lançou um concurso e prêmio para quem elaborasse “o melhor plano de escrita da história do Brasil”. O viajante e botânico alemão Karl Philipp von Martius foi escolhido. *Como se deve escrever a história do Brasil*

³⁷ (ORTIZ, 2003, pág. 21)

³⁸ (ORTIZ, 2003, pág. 21)

foi publicado na revista do IHGB, em 1845. Para Von Martius, a identidade da nação deveria ser procurada na principal singularidade do país, a mistura de raças. Ele dizia:

Qualquer que se encarregar de escrever a história do Brasil jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem. São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana e, enfim, a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.³⁹

Sobre a ideia de Von Martius para a história e identidade do Brasil, Silvio Romero dizia que faltava ele se debruçar sobre o mestiço em si, não apenas sobre as três raças isoladas.

A determinação precisa do que devemos, em nossa vida geral, aos três fatores principais de nossas populações, nem por sombra se acha nessas linhas do ilustre autor da *Flora Brasiliensis*, que também e principalmente deixou em completo esquecimento o ponto fundamental do problema: – o *mestiço*, sobre o qual peculiarmente se deve insistir, estudando amplamente o especial quinhão de cada fator e definindo o caráter do resultado.⁴⁰

Para assimilar a ideia da raça como elemento de identidade (miscigenação), problema (negros) e até solução do país (branqueamento), os intelectuais brasileiros buscaram as teorias estrangeiras, como foi dito. Entre os citados, inclusive em “Tenda dos Milagres” que nos serve de referência nesta pesquisa, está Arthur de Gobineau (1816-82), que apesar da popularidade não era, entre os autores racistas da época, o mais difundido no Brasil. Ele era menos lido do que Henry Thomas Buckle (1821-62), por exemplo. Superando seu pavor de pegar febre amarela⁴¹ e o horror que tinha ao Brasil, Gobineau foi ministro da França no país em 1869 e a opinião que tinha sobre os brasileiros é de que eram “feios como macacos” (SKIDMORE, 1989, págs. 46 e 47). Para ele,

Nem um só brasileiro tem sangue puro porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores.⁴²

³⁹ (MARTIUS apud ROMERO, pág. 5)

⁴⁰ (ROMERO, pág. 5)

⁴¹ Houve uma epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro nos anos de 1869 e 1870 (SKIDMORE, 1989).

⁴² (GOBINEAU apud SKIDMORE, pág. 46)

Neste período, os pensadores sociais brasileiros se inquietavam com os efeitos da mistura racial. Apesar da predominância da visão negativa sobre a miscigenação, não havia exatamente um consenso entre os argumentos e teorias que embasavam a opinião dos pensadores. Ao mesmo tempo que a mestiçagem era utilizada para explicar o atraso do Brasil, um país de raças miscigenadas poderia representar um momento de transição e, portanto, de um futuro mais branco e promissor (SCHWARCZ, 2001, pág. 12).

Na Europa, as teorias raciais ganharam fôlego na metade do século XVIII. No Brasil, as teorias repercutiram com certo atraso, mas com sucesso. A situação política e social do país, um “império agrário, carola e escravocrata” (SKIDMORE, 1989, pág. 12) pode justificar o porquê de tais teorias terem encontrado receptividade. Em 1895, Silvio Romero já declarava que o Brasil era uma “sociedade de raças cruzadas” (*apud* SCHWARCZ, 2001, pág. 11). A abolição da escravatura havia ocorrido anos antes da afirmação de Romero, com “a terceira e definitiva lei emancipadora, a de 13 de maio de 1888”, na sequência da proibição do tráfico de escravos, em 1850, da Lei do Ventre Livre, de 1871⁴³, e, em 1885, da “Lei dos Sexagenários, que declarou livres os escravos entre sessenta e sessenta e cinco anos de idade, embora ficassem obrigados a dar mais três anos de 'serviço' as seus ex-senhores” (SKIDMORE, 1989, pág. 32). A abolição estava diretamente ligada com a questão da raça, apesar de os debates abolicionistas nem sempre tratarem por este viés. Claro, os abolicionistas “estavam, inevitavelmente, a par das teorias racistas que chegavam aos borbotões da América do Norte e da Europa, embora suas implicações ainda não pudessem ser de todo percebidas” (SKIDMORE, 1980, pág. 37). Fato é que nem todos estavam com a atenção voltada para a temática da igualdade – ou diferença – entre as raças, em si. “Preocupados com o 'fator étnico', os abolicionistas partilhavam da crença geral de que a sociedade brasileira não abrigava preconceito racial. Os debates das leis abolicionistas revelavam a prevalência dessa convicção no seio de todas as facções políticas” (SKIDMORE, 1989, pág. 38). Grande idealista da abolição da escravatura, Joaquim Nabuco (1849-1910), ele mesmo um mulato como tantos outros intelectuais, acreditava em um país mais branco. “Era suficientemente honesto para dizer que, se tivesse vivido no sec. XVI, ter-se-ia oposto à introdução de escravos africanos, da mesma maneira que se opunha agora ao plano da 'escravatura asiática' – a proposta de importar trabalhadores chineses para substituir os escravos” (SKIDMORE, 1980, pág. 37).

⁴³ Decretada pelo Ministério do Visconde do Rio Branco (1871-1875) (SKIDMORE, 1989).

Joaquim Nabuco era um entre tantos pensadores brasileiros do período que foram influenciados pelo positivismo, que penetrou no ambiente estudantil e militar com mais força na década de 1890, mas sua influência havia sido detectada nas décadas anteriores também devido à Guerra do Paraguai (1865-1870). Com a falta de homens brancos aptos para guerrear no exército brasileiro, a instituição passou aceitar escravos como soldados. Em troca, os negros teriam sua liberdade ao final da tarefa cumprida. A partir daí, o sentimento abolicionista também toma conta do Exército, que estava integrado com escravos e ex-escravos. Caçar escravos fugidos, uma das funções do Exército na época, se tornava cada vez mais inaceitável para os soldados. Tanto que, anos mais tarde, ainda antes da abolição, “as províncias do Ceará e do Amazonas haviam conseguido libertar todos os seus escravos”, em 1884, e “em 1887, a escravatura estava moral e politicamente minada em todas as direções com evidentes sinais de falência social, cujo quadro não era outro: escravos fugiam de seus senhores, o exército recusava-se a caçá-los e os juízes começavam a ignorar reclamações dos proprietários” (SKIDMORE, 1989, pág. 32).

Sobre este período e as teorias raciais:

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativísticos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania.⁴⁴

Como se vê, além do problema da concepção de raça propriamente dita, havia os problemas sociais decorrentes do fim da escravidão, como uma nova classe social de negros livres e seu novo papel na sociedade⁴⁵. As diferenças entre brancos, mulatos, negros, ricos, pobres eram inegáveis. Nesse sentido, as teorias raciais também serviam de argumento para justificar cientificamente as diferenças sociais.

Sobre a escravidão, temos uma interessante visão do médico e etnógrafo Raimundo Nina Rodrigues, pioneiro nos estudos sobre africanos no Brasil. A pesquisa de Nina é um importante documento sobre hábitos e costumes dos negros que se instalaram

⁴⁴ (SCHWARCZ, 2001, pág. 12)

⁴⁵ Diferente dos Estados Unidos, marcado pela segregação entre brancos e negros, no Brasil os mestiços constituíam uma casta socialmente e economicamente aceita e numerosa. A teoria de que os híbridos eram inférteis, como na zoologia, ficava impossibilitada de ser aceita pela evidência de mulatos brasileiros. (SKIDMORE, 1989, págs. 73 e

no Brasil. O professor da Faculdade de Medicina da Bahia era um exemplo de intelectual influenciado pelas teorias raciais e considerava os negros como uma raça inferior, o que não diminui a importância de sua pesquisa e registros. Curioso que, mesmo acreditando na inferioridade negra, Nina Rodrigues considera a abolição da escravatura como “a maior e mais útil das reformas” (1988, pág. 3). Vejamos seu posicionamento:

Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pundonor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para dar-lhe esta feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao negro a organização psíquica dos povos mais cultos. Deu-se-lhe a supremacia no estoicismo e sofrimento, fez-se dele a vítima consciente da mais clamorosa injustiça social. (...) O sentimento nobilíssimo da simpatia e piedade, ampliado de todo um povo, ao negro havia conferido, *ex autoritate propria*, qualidades, sentimentos, dotes morais ou ideias que ele não tinha, que ele não podia ter; e naquela emergência não havia que apelar de tal sentença, pois a exaltação sentimental não dava tempo nem calma pra reflexões e raciocínios. Em compensação, inconscientemente, nesta ilusão benéfica e progressista, operava-se para o Brasil a maior e mais útil das reformas, - a extinção da escravidão.⁴⁶

Fica claro que para Nina Rodrigues, apesar de ser positiva a abolição, a medida apelou para os sentimentos do povo brasileiro e teria conferido ao negro “dotes morais ou ideias que ele não tinha, que ele não podia ter”, justamente por causa de sua inferioridade racial. Mesmo quando abolicionistas, as teorias raciais originalmente eram pessimistas. Elas inviabilizavam o projeto nacional que surgia. Talvez daí surjam as adaptações das ideias importadas para se encaixarem nas necessidades do Brasil.

Além do problema social prático, havia o teórico. As ideias vindas da Europa e Estados Unidos declaravam a inferioridade do negro e do índio. Mesmo os intelectuais que se dedicavam seriamente e comprometidamente ao problema da raça eram influenciados pelo ponto de vista negativo (SKIDMORE, 2001, pág. 69). Por exemplo, segundo Ortiz (2003, pág. 39), “ao se retirar do mestiço as qualidades da racionalidade, os intelectuais do século XIX estão negando, naquele momento histórico, as possibilidades de desenvolvimento real do capitalismo no Brasil”. Ainda conforme o autor (pág. 38), o uso da mão de obra escrava colocava “limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno da atividade intelectual”.

Vejamos agora quais eram as três principais escolas da teoria raciológica, conforme Thomas Skidmore. A Escola etnológico-biológica surgiu e foi sistematizada nos Estados Unidos entre 1840 e 1850. Baseada na ideia de poligenia, sustentava a “criação

⁴⁶ (NINA RODRIGUES, 1988, pág. 7)

das raças humanas através das mutações diferentes das espécies”. A antropologia física dava a base científica que justificava o preconceito contra negros. Pesquisadores procuravam evidências da inferioridade mental dos negros em testes de inteligência (SKIDMORE, 1989, págs. 66 e 67).

A Escola Histórica pode ser resumida pelos pensamentos de Gobineau lidos pelo personagem Pedro Archanjo, em **Tenda dos Milagres**: “Esses pensadores partiam da suposição de que raças humanas – as mais diversas – podiam ser diferenciadas uma das outras – com a branca permanentemente e inerentemente superior a todas”. Era chamada de histórica porque os intelectuais confiavam em evidências supostamente históricas da superioridade dos povos brancos (SKIDMORE, pág. 67).

A terceira escola era a do Darwinismo social. A tese de Darwin só poderia ser aceita ao abandonar a ideia da existência de diferentes raças (poligenia), já que defendia a evolução e adaptação a partir de uma única espécie. Mesmo assim, acabou sendo conciliada com a Escola Histórica.

Se a evolução para formas superiores de vida natural resultava da “sobrevivência dos mais aptos”, numa competição de diferentes espécies e variedades, logicamente admitia-se que as diferentes raças humanas tinham passado por processo evolutivo semelhante. Nesse processo, histórico-evolutivo, as “raças superiores” haviam predominado, fazendo com que as “inferiores” parecessem fadadas a definhar e desaparecer.⁴⁷

Havia também outra utilidade para a ideia de seleção natural: ela era usada para explicar o domínio ocidental, que era considerado, portanto, mais forte e adaptado (SCHWARCZ, pág. 56).

Analisando as três principais escolas de teorias racistas, o que se percebe é que elas foram adaptadas à realidade brasileira em alguns aspectos. Como diz Lilia Moritz Schwarcz, “é do paradoxo que surge a saída original”, já que o suposto da diferença natural e hierarquia racial foi adotado do darwinismo social e a ideia de aperfeiçoamento do evolucionismo social (pág. 18). Ainda conforme Schwarcz, os intelectuais “precisavam buscar eixo entre teorias que condenavam a miscigenação e a adaptação a um povo que já era miscigenado” (pág. 19), daí o traço de originalidade na adaptação das teorias para a aplicabilidade no contexto brasileiro. Além disso, o pensamento “atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um

⁴⁷ (SKIDMORE, 1989, pág. 68).

argumento racial no país” (pág. 19).

O Brasil do período estudado era um país paradoxal, com grande população negra que era considerada a causa do atraso de seu desenvolvimento como nação e, ao mesmo tempo, quando misturada com a raça branca, era às vezes vista como solução.

Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificam, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular.⁴⁸

Positivismo, darwinismo social, escola histórica, teoria etnológica-biológica eram teorias permeadas também pelo determinismo climático. Sem nunca ao menos ter visitado o Brasil, o autor mais difundido em consequência de sua análise climática do território brasileiro foi Henry Thomas Buckle (1821-62). Mesmo sem conhecer o nosso país, dedicou oito páginas a respeito no seu livro *História da Civilização na Inglaterra (1857-61)* (SKIDMORE, pág. 44) e afirmou: “Em nenhum outro lugar há tão penoso contraste entre a grandiosidade do mundo exterior e a pequenez do interno...” (*apud* SKIDMORE, pág. 45). Em suma, Buckle condenava o progresso do país por causa de seu clima tropical.

Um dos pensadores que leram, criticaram e assimilaram apenas uma parte das ideias de Buckle – com ressalvas – era Silvio Romero (1851-1914). Ele misturava darwinismo social com determinismo climático para analisar a mistura das três raças. Romero era inconstante em relação ao futuro racial do país, ora era otimista, ora pessimista. Para ele, mestiços e crioulos eram uma sub-raça, resultado da reunião de negros e índios com a raça ariana. “Não vem ao caso – acrescentaria em 1888 – “discutir se isto é um bem ou um mal; é um fato e basta” (SKIDMORE, 1989, pág. 51). Em outros momentos não se isentava de opinar, por exemplo: “O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe sem qualidades fecundas e originais” (*apud* SKIDMORE, 1989, pág. 52).

Silvio Romero se detém em argumentar cada ponto de Buckle que considera equivocado sobre o Brasil. A maioria era sobre o clima e geografia, que Buckle não conhecia, o que pode explicar os equívocos de seu estudo. Romero não discordava, entretanto, do atraso do Brasil e de sua gente. Para Buckle, as grandes civilizações

⁴⁸ (SCHWARCZ, 2001, pág. 14)

antigas se desenvolveram em razão de condições como “fertilidade da terra” e “vasto sistema fluvial”. Sobre isso, Romero questiona: “Mas como é que o Brasil, e este é ponto a que almejava chegar, como é que o Brasil, possuindo em tão larga escala os dois fatores, não foi a sede de uma civilização antiga?” (pág. 12). A resposta de Buckle é direta: só ventos alísios, “certo agente destruidor que impossibilitou a ação dos outros”, nas palavras de Romero (pág. 12).

O agente a que eu aludo é o vento geral – vento alísio (*trade-wind*), admirável fenômeno pelo qual todas as civilizações anteriores às da Europa foram grande e perniciosamente influenciadas. Este vento abrange não menos de 560 de latitude: 28° ao norte do equador e 28° ao sul. Nesta larga extensão, que compreende alguns dos mais férteis países do mundo, o vento geral sopra durante todo o ano, ora do nordeste, ora do sudeste. As causas desta regularidade são agora bem conhecidas e sabe-se que dependem em parte do deslocamento do ar no equador, e em parte do movimento da terra: por isso o ar frio dos polos é constantemente impelido para o equador e produz assim os ventos do norte no hemisfério setentrional e os ventos do sul no meridional. Estes ventos são afastados do seu curso natural pelo movimento da terra quando se volve em seu eixo de oeste para leste. E como a rotação da terra é mais rápida no equador do que em qualquer outra parte, acontece que na vizinhança daquele a velocidade é tão grande que compele os movimentos da atmosfera dos polos, e forçando-os noutras direções, dá origem a estas correntes orientais, chamadas ventos gerais, – ventos alísios.⁴⁹

Em seguida, Buckle tenta explicar a ação dos ventos alísios e, de forma, resumida, afirma que eles causam grande umidade e, portanto, fortes chuvas e enchentes que atrasariam o desenvolvimento do país. Silvio Romero argumenta: “Se alguma coisa periódica nota-se no clima do Brasil, não são devastadoras enchentes, e sim calamitosas e destruidoras secas! (...) Mais de um terço talvez do país fica assim flagelado em consequência do calor; onde pois as umidades acarretadas pelos ventos gerais?” (pág. 14).

Apesar do negativismo de alguns intelectuais, após a abolição da escravatura difundiu-se o ideal de branqueamento que, de certa forma, insuflava certo otimismo sobre o futuro brasileiro, que poderia ser mais branco e, assim, mais evoluído. Acreditava-se, o que de fato se comprovou, na diminuição da população negra. Mas não, como sugeriam as teorias racistas, porque a raça negra era mais fraca e pior do que a branca, predominante e mais forte. A diminuição de negros na população brasileira se deve a diversos fatores, como a imigração europeia, por exemplo. Era comum as negras terem filhos com brancos e, portanto, mais claros. Já as famílias negras viviam em condições precárias, com poucas condições sanitárias, de saúde e nutrição, o que levava

⁴⁹ (BUCKLE apud ROMERO, pág 12)

à morte dos filhos. Durante o I Congresso Internacional das Raças, em julho de 1911, em Londres, João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, proclamava que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (*apud* SCHWARCZ, 2001, pág. 11)

Enfim, o Brasil precisava encarar o problema da raça, mas em primeiro lugar seria preciso admitir que este problema existia. Não só o problema de um suposto atraso do país – que seria resolvido através do branqueamento com incentivo a casamentos entre pessoas da mesma raça e imigração europeia –, mas o problema do preconceito racial. Eis mais um paradoxo do Brasil.

Embora os brasileiros fizessem praça da ausência de preconceito racial, a imprensa dava notícia, diariamente, de discriminação contra pretos e mulatos escuros. Os incidentes envolviam as instituições oficiais que tinham contato com estrangeiros. Em 1904, o *Correio da Manhã* queixava-se de que os pretos eram impedidos de servir como guardas no Teatro Lírico, um famoso teatro do Rio.⁵⁰

Este é apenas um de inúmeros exemplos de discriminação racial que poderiam ser dados e caracterizavam o Brasil após a abolição do trabalho escravo. O ideal de branqueamento do país era visto positivamente pela maioria dos brasileiros. “A miscigenação não produzia inevitavelmente 'degenerados', mas uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto culturalmente quanto fisicamente” (SKIDMORE, 1989, pág. 81).

Com tantas opiniões e teses sobre o povo negro brasileiro vindo da África, raros intelectuais se dedicaram a estudar de perto a raça negra. Este é o principal mérito do médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia Nina Rodrigues (1862-1906). É dele “o primeiro estudo etnográfico sério, sistemático e respeitável do afro-brasileiro por um brasileiro”, que não veio dos museus.

Tentou uma cuidadosa catalogação das origens etnográficas africanas exatas dos escravos trazidos para o Brasil, e procurou identificar – sem as vantagens de um conhecimento de primeira mão na África – os grupos linguísticos primários. Colecionou fotografias e desenhos de objetos de artes brasileiras de origem africana e aprofundou-se também na questão da assimilação dos africanos ao seu novo ambiente.⁵¹

É de Nina Rodrigues também que surgiu a inspiração para o personagem Nilo Argolo, professor da mesma faculdade, em **Tenda dos Milagres**. Nina Rodrigues,

⁵⁰ (SKIDMORE, 1989, p. 64)

⁵¹ (SKIDMORE, 1989, págs. 74 e 75)

mesmo com os estudos que fez sobre os negros, era racista e considerava a raça negra inferior, incapaz de evoluir através do desenvolvimento do intelecto e oportunidades sociais iguais aos dos brancos. No que diz respeito à Medicina Legal, disciplina que lecionava, considerava que negros e índios deveriam ter punições diferentes, mais brandas, por seus crimes, por serem considerados seres incapazes. Nina negava a igualdade humana, inclusive juridicamente, portanto. Para ele, as pessoas de raças com níveis de evolução diferentes não poderiam ser punidas da mesma maneira (SKIDMORE, págs. 74 e 75, SCHWARCZ, pág. 209). A mestiçagem continuava a ser vista com pessimismo por Nina Rodrigues e, diferente de outros pensadores brasileiros, como Silvio Romero, não acreditava em um possível branqueamento do país e não via solução para o futuro do Brasil (SKIDMORE, pág. 78). As ideias de Nina eram difundidas e reconhecidas no Brasil inteiro através da publicação de artigos na *Gazeta Médica da Bahia*, órgão de imprensa formado por médicos da Faculdade, como veremos adiante.

Boa parte dos intelectuais brasileiros que propagavam os ideais raciológicos revistos até aqui era vinculada a centros acadêmicos. Portanto, a revisão destas instituições – materializadas em museus, faculdades e revistas – é importante para compreendermos o contexto da divulgação das teorias racistas. Foram séculos de atraso no quesito educação no Brasil. No Brasil colônia, só haviam escolas elementares comandadas por jesuítas – uma educação primária e fortemente marcada pela religiosidade. Somente com a vinda da família real, em 1808, é que o cenário começa a mudar gradativamente. Em um primeiro momento, o modelo de Portugal é reproduzido no país com implementação de uma Imprensa Régia, Biblioteca, Real Horto, Museu Real. D. Pedro, assim como D. João VI, apoiava a criação de novas instituições. Desta forma, as escolas de Direito surgiram cinco anos após a independência do Brasil, em 1822, em um contexto em que o país caminhava para adquirir sua autonomia. Em 1838, seguindo a lógica da emancipação brasileira, surge o primeiro Instituto Histórico e Geográfico. Na década de 1870, diversas áreas, como matemática, botânica, biologia, medicina, ciências sociais e direito, começam a ganhar notoriedade conforme as especificidades regionais e econômicas das diferentes partes do país. É válido ressaltar que em cada instituição de ensino superior diferentes teorias encontravam espaço e se desenvolviam, mais ou menos. É o caso, por exemplo, do sucesso das ideias do modelo liberal na Faculdade de Direito de São Paulo, e do darwinismo social de Haeckel e Spencer na Faculdade de Direito do Recife. Neste mesmo período ocorrem as discussões sobre a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores europeus. É, como identifica Lilia Schwarcz, a

“Era de Sciencia”, momento em que a ciência era vista como salvação, sendo adotada até como certo modismo por alguns. Na França, surgia a sociologia de Durkheim e Mauss. No Brasil, como as teorias chegavam com certo atraso, nem sociologia ou ciência experimental, mas modelos evolucionistas e darwinismo social, como vimos, ganhavam espaço nos debates entre intelectuais. O Brasil queria uma imagem de civilidade em comparação aos outros países da América Latina. D. Pedro II visitava exposições, museus, fazia viagens científicas, o que colaborava de certa forma para a imagem do Brasil no Exterior. Na verdade, a ciência era mais moda e só mais tarde se tornou prática e teve produção científica (SCHWARCZ, 2001, p. 30).

É em 1818, com decreto de João VI, que o Museu Real é criado no Rio de Janeiro para estimular “os estudos de botânica e zoologia local” (SCHWARCZ, 2001, pág. 70). O Museu teve um papel simbólico na construção da nação que se delineava, apesar da diferença quando comparado aos museus europeus. Possuía um acervo de peças de arte, pinturas, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais. Em 1876 foi criada a revista trimestral *Archivos do Museu Nacional*, onde predominavam artigos sobre ciências naturais (78%), antropologia (11%) e arqueologia (10%), conforme levantamento feito por Schwarcz nos 24 primeiros anos da publicação. Interessante observar que os artigos sobre antropologia falavam principalmente sobre craniometria. Apesar de levar rubrica de museu etnológico, o Museu Nacional se aproximava muito mais das ciências naturais.

Em outro polo de influência, em São Paulo, é criado, quase um século depois, o Museu Paulista ou Museu do Ypiranga. Nos primeiros anos não recebeu atenção alguma, até que a elite política e econômica passou a ver sua utilidade e dar o apoio necessário. Em 1893 foram adquiridas coleções de história natural, mobiliário, jornais e objetos indígenas. Somente depois disso, em 1894, teve sua inauguração. No ano seguinte, circulou o primeiro número da *Revista do Museu Paulista*, que teria apenas 1% de autores brasileiros. A maior parte dos artigos, de 254 catalogados e analisados por Schwarcz, 70% eram de zoologia, 10% de antropologia e 5% de botânica. Entre os artigos classificados como de antropologia também constavam artigos sobre fauna e flora, o que mostra que a antropologia era entendida como estudo zoológico e também botânico.

Décadas antes, em 1866, havia sido fundado o Museu Paraense Emilio Goeldi, que passou por altos e baixos, incluindo seu fechamento por falta de recursos em 1888. Em 1891 foi reinaugurado com a intenção de transformar Belém em uma “Paris do Sol”. Nos dez primeiros números do *Boletim do Museu Paraense de História Nacional e Etnografia*,

conforme Schwarcz, a maior parte dos artigos era sobre zoologia (48%), botânica (36%) e geologia (10%).

Nestes três exemplos de museus etnográficos, o que se percebe, através da análise quantitativa das publicações, é que havia menos etnografia e mais ciências naturais.

Os museus buscaram, mesmo que de forma específica, discutir o homem brasileiro. Partindo da flora e da fauna para chegar ao homem, ao recolher, analisar, classificar, hierarquizar e expor, os museus pretenderam trazer um pouco de ciência e ordem a esse meio tão carente de produções intelectuais dessa categoria.⁵²

Para Lilia Schwarcz, o “desenvolvimento das espécies animais e vegetais” era utilizado “como metáforas” (pág. 93).

Com sistemas e atribuições diferentes dos museus, os institutos também tiveram importante colaboração para o desenvolvimento da ciência no país e, principalmente, na difusão das teorias racistas através de seus periódicos. O primeiro deles, o Instituto Geográfico Brasileiro, criado em 1839 no Rio de Janeiro, tinha por finalidade “(...) construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (*apud* SCHWARCZ, 2001, pág. 99). Na prática, buscava um “programa de sistematização de uma história oficial” com finalidade de solidificar a nação independente que se formava. No mesmo ano de sua criação também surgiu a *Revista do IHGB*, que era trimestral até 1864. Em primeiro lugar em número de publicação estavam artigos de história, em segundo de geografia e em terceiro biografias. Na revista apareciam posturas diferentes em relação à raça. Os índios seriam o símbolo da nacionalidade enquanto os negros seriam incivilizáveis. Uma visão romântica dos indígenas e a certeza da impossibilidade de adaptação dos negros, em suma. O mesmo IHGB, anos antes, em 1844, divulgou através do concurso vencido por Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) como deveria ser escrita a história do Brasil, como já dissemos. A ideia vencedora indica como seria certa representação do Brasil miscigenado num futuro próximo.

“Fórmula” consistia em “correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham. Estas, por sua vez, segundo Von Martius, possuíam características absolutamente variadas. Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário

⁵² (SCHWARCZ, 2001, pág. 91)

restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação: 'Não há duvida que o Brasil teria tido', diz Von Martius, 'uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros'.⁵³

Em 28 de janeiro de 1862 foi criado o segundo instituto do Brasil e o primeiro do Nordeste, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, com o objetivo de realizar a “recuperação da história pátria, comprovação da relevância da história pernambucana nos destinos do país” (*apud* SCHWARCZ, pág. 118). Conforme levantamento da autora, de 1870 a 1930, 67% dos textos eram sobre a região. Dos textos sobre Pernambuco, 51% falam sobre a invasão holandesa deixando claro o enfoque regional. Alguns artigos falavam sobre a busca de uma raça pernambucana e outros também ressaltavam superioridade branca, apostando no branqueamento como solução.

A mestiçagem era vista de forma ambígua: apesar de temida, nela se encontrava a saída controlada e compatível com a representação ordeira que essa elite pernambucana possuía da sociedade. Assim, apesar do manejo com os modelos poligenistas de análise, era sempre a aceitação do monogenismo e a ideia de evolução que acabavam predominando quando se tratava de pensar a situação local.⁵⁴

Sem fazer referências ao IHGB, surge, em 1894, o Instituto Histórico e Geographico de São Paulo com intenção de reescrever a história nacional. “Tratava-se, portanto, de ir buscar no passado fatos e vultos da história que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo” (SCHWARCZ, 2001, págs. 126-127). Na revista do IHGSP, predominavam artigos de história, quase a metade deles com visão paulista e elitista. “A história parecia explicar o predomínio branco em um momento em que o final da escravidão era ainda uma lembrança fresca” (SCHWARCZ, pág. 132).

Entretanto, antes da criação dos institutos, era preciso formar intelectuais que pudessem resolver os problemas da nação que deixava de ser colônia. Foi com uma Lei de 11 de agosto de 1827 que se formaram dois centros de estudo de Direito, um em Olinda e outro em São Paulo. Em 1828 são fundados os primeiros cursos. A Faculdade de Direito do Recife, que iniciou em Olinda, era uma absorção completa das tendências portuguesas (SCHWARCZ, 2001, pág. 144). As condições eram precárias, faltavam

⁵³ (RIHGB, 1844, *apud* SCHWARCZ, 2001, pág. 112)

⁵⁴ (SCHWARCZ, 2001, pág. 123)

alunos e professores e pouco sobrou de sua produção intelectual. Em 1854 ocorre a mudança para Recife. A faculdade é o berço intelectual de Silvio Romero e difundiu a aceitação do jargão evolucionista e as doutrinas deterministas, características que marcaram a produção do próprio Romero, que apesar de defender a mestiçagem (solução para unidade nacional) não acreditava na igualdade porque era um determinista (pág. 153). Na revista da faculdade prevalecia a visão do intelectual. De 1891 a 1930, a maioria dos textos era sobre Direito Criminal e Antropologia Criminal, concentrando-se mais na figura do criminoso do que nos crimes. Acreditava-se que o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimitá-lo de forma objetiva (pág. 166).

Com a consolidação da Medicina Legal, na década de 20, o antropólogo e o sociólogo eram substituídos pelos higienistas e peritos. O problema nacional do negro e mestiço persistia, mas agora a explicação passava a ser higiênica, mais do que racial (pág. 168). Sobre este contexto, Schwarcz afirma:

A solução parecia estar em um esquema teórico que acomodasse teorias suavizando-as. (...) Reformulavam-se assim modelos de difícil aplicação, despindo-os de seus enunciados mais radicais; garantia-se, porém, a vigência de parte de tais interpretações. Não se questiona, por exemplo, a ideia da desigualdade racial ou da obrigatoriedade de uma solução autoritária.⁵⁵

A questão da raça agora era debatida nas escolas de Medicina, que queriam “curar” o Brasil de seus problemas. Em julho de 1866 foi criada a Gazeta Médica da Bahia, que publicava textos do professor Nina Rodrigues. Na Gazeta, a associação entre doença e mestiçagem era demonstrada não só por meio de relatos médicos e estatísticos, como também por imagens e fotos, que expunham, de forma muitas vezes cruel, grande incidência de moléstias contagiosas na população mestiça brasileira (pág. 209). A ideia que se propagava era de que os mestiços poderiam ser curados ou não. Os incuráveis deveriam apenas reproduzirem-se entre si até sua extinção, ou seja, acreditava-se no darwinismo social (pág. 216). A respeito de uma possível salvação para parte dos mestiços:

Mais uma vez, o que se percebe não é a cópia imediata dos modelos disponíveis no estrangeiro, mas um uso original. As práticas eugênicas em vez de levarem à condenação imediata do cruzamento, previam saídas, ao menos para parte da população.⁵⁶

⁵⁵ (SCHWARCZ, 2001, pág. 170)

⁵⁶ (SCHWARCZ, 2001, pág. 217)

O paradigma científico de teorias raciológicas persistiu por décadas significativas no Brasil. Com a entrada do século XX, o país passa por mudanças consideráveis e profundas geradas pelos processos de industrialização e urbanização e surgimento consequente de uma classe média proletária. As mudanças econômicas e sociais ganham também uma dimensão política. Como nos mostra Ortiz (2003, pág. 40), essas modificações ganham orientação política com a Revolução de 30, quando o Estado busca sua própria consolidação e desenvolvimento. Neste sentido, as teorias raciológicas se tornam obsoletas para explicar o país. “Era preciso superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil”, afirma Ortiz. Essa mudança foi gradual e deve-se principalmente à influência de Gilberto Freyre.

Gilberto Freyre reedita a temática racial para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil. Porém, ele não vai mais considerá-la em termos raciais, como faziam Euclides da Cunha ou Nina Rodrigues; na época em que escreve, as teorias antropológicas que desfrutam do estatuto científico são outras, por isso ele se volta para o culturalismo de Boas. A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço.⁵⁷

A contribuição mais importante de Freyre, conforme Ortiz, provavelmente seja transformar a negatividade do mestiço em somente traços positivos, “o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada”. O antes mito das três raças agora pode ser ritualizado, como mostra Ortiz, por causa das diferentes condições sociais do período. A citação a seguir é essencial para este trabalho:

A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional.⁵⁸

Na visão de Ortiz, não há ruptura entre Romero e Freyre, mas uma nova interpretação do problema racial. Quando Freyre elabora sua teoria, nos anos 30, a universidade enquanto instituição se solidificava no país através de nomes como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Isso significava um novo paradigma acadêmico,

⁵⁷ (ORTIZ, 2003, pág. 41)

⁵⁸ (ORTIZ, 2003, pág. 41)

enquanto, para Ortiz, Freyre ainda representava “uma outra estirpe, que se inicia no século anterior”. Gilberto Freyre continuará usando a raça como “chave” para compreender o Brasil, mas não a partir das teorias raciológicas. As teorias do darwinismo social, evolucionismo e determinismo não servem mais para explicar a realidade do período. Freyre vai buscar embasamento no culturalismo de Franz Boas e conduzir uma mudança no paradigma de raça para a cultura. Epistemologicamente, a mudança, como aponta Ortiz, elimina o problema da herança negativa do mestiço.

Em uma conferência proferida em 1931 no encontro da American Association for Advancement of Science, da qual era presidente, em Pasadena, Franz Boas trata dos “problemas surgidos com a mistura de tipos raciais” (2004, pág. 67). Para Boas, “a mistura desempenhou um papel importante na história das populações modernas” (pág.70). No texto, o antropólogo avalia diversos casos de encontros de raças e discute os possíveis resultados do cruzamento racial.

A questão essencial a ser respondida é se temos qualquer evidência que indique que os acasalamentos entre indivíduos de descendência e tipos diferentes resultariam numa prole menos vigorosa do que a de seus ancestrais. Não tivemos nenhuma oportunidade para observar qualquer degeneração no homem que se deva claramente a essa causa.⁵⁹

Percebe-se que Boas manifesta sua posição de que não há indícios da miscigenação como fator negativo em si e nem que gere algum mal para as gerações miscigenadas vindouras. Ele continua:

Julgando-se meramente com base em características anatômicas e condições de saúde de populações misturadas, não parece haver razão alguma para supor resultados desfavoráveis, tanto nas primeiras quanto nas mais recentes gerações da prole. (...) Também é preciso lembrar que em ambientes variáveis as formas humanas não são de forma alguma estáveis, e que muitos traços anatômicos corporais estão sujeitos a uma limitada quantidade de modificações conforme o clima e as condições de vida.⁶⁰

Franz Boas dá um importante salto no momento em que racionalmente não enxerga problemas nas gerações mestiças e que há outros fatores que podem influenciar as características que não a raça. Citando o clima (um pouco determinista) e as “condições de vida”, se aproxima da cultura como fator de diferenciação. Em outro momento diz que “não estamos tão preocupados com a forma do corpo quanto com suas funções, pois na vida de uma nação as atividades dos indivíduos contam mais que suas

⁵⁹ (BOAS, 2004, pág. 72)

⁶⁰ (BOAS, 2004, pág. 73)

aparências” (pág. 75). Assim, mais uma vez, começa a encontrar outras dimensões relevantes que não a raça, como, neste caso, as “atividades dos indivíduos”. Franz Boas enxerga no ambiente possíveis variáveis que influenciam as diferenças entre os povos. Essa características, segundo Boas, “podem ser melhor e mais facilmente explicadas pelas diferenças no ambiente social” (pág. 79). Traçamos este caminho de raciocínio para alcançar nosso objetivo de mostrar como a cultura passa a substituir a raça e que isso se deve principalmente à influência de Boas em Gilberto Freyre. Boas finalmente menciona a cultura:

A evidência etnológica toda fala em favor da suposição de que os traços raciais hereditários não são importantes quando comparados às condições culturais. Na realidade, os estudos etnológicos não se preocupam com a raça como um fator na forma cultural. Desde Waitz, passando por Spencer, Tylor e Bastian, até nossos dias, os etnólogos não têm dado séria atenção à raça, pois eles encontram as formas culturais distribuídas independentemente dela.⁶¹

Boas sustenta que a cultura é o que deve ser analisado e crítica etnólogos que analisam a raça como independente da cultura. Após apresentar dados de pesquisas com diferentes populações, afirma categórico: “apresento esses dados detalhadamente porque eles mostram de modo definitivo que o ambiente cultural é o mais importante fator para determinar os resultados dos assim chamados testes de inteligência” (pág. 80).

Foi a partir do contato de Freyre com Boas que o culturalismo chegou ao Brasil de forma a encarar a mestiçagem como fator positivo do povo brasileiro. Mas antes disso, outro folclorista já via os negros com bons olhos. Manuel Querino, que era ligado ao Instituto Histórico Geográfico da Bahia, caracterizava os negros como colonizadores e não apenas como escravos. Visão completamente diferente do “colega” Nina Rodrigues.

Vejamos no próximo capítulo como estas teorias e correntes científicas aparecem em **Tenda dos Milagres**.

⁶¹ (BOAS, 2004, pág. 81)

4 DE COMO PEDRO ARCHANJO E NILO ARGOLO ENCARNAM O DEBATE SOBRE O PROBLEMA DAS RAÇAS E O BEDEL CONCLUIU: A SOLUÇÃO É A MISCIGENAÇÃO

“Foi na Bahia, onde a mistura se processa”
Jorge Amado

“Em que se baseia para defender a mestiçagem e apresentá-la como solução ideal para o problema de raças no Brasil? Para atrever-se a classificar de mulata nossa cultura latina? Afirmação monstruosa, corruptora”

Nilo Argolo para Pedro Archanjo, em afiada e diplomática troca de opiniões nos corredores da Faculdade de Medicina da Bahia

“É mestiça a face do povo brasileiro e é mestiça a sua cultura”
Pedro Archanjo, na abertura de seu primeiro livro, em raciocínio carregado de empirismo e que sabia de memória

“Quantas vezes já lhe disse que branco puro na Bahia é como açúcar de engenho: tudo mascavo”
Dona Isabel Tereza Gonçalves Martins de Araújo e Pinho, Zabela, princesa do Recôncavo, que sabia cada detalhe da elite mascava de Salvador e que contou tintim por tintim das origens africanas de Nilo Argolo

Um caminhante desavisado – procurando passagem entre o intenso movimento de vendedores de quitutes, animais domésticos (vivos ou mortos), comerciantes de todos os tipos e escravos – tinha grandes chances de ser atingido por fezes e urina humana jogadas das janelas das residências da área urbana de Salvador, no final do século XIX e começo do século XX. Sem banheiros e sistema de encanamento, as fezes eram coletadas em baldes descarregados por escravos. Podiam ser jogadas da janela ou serem descarregadas nas áreas de passeio e no mar pelos chamados tigres, os escravos que levavam os baldes transbordantes de dejetos que manchavam suas costas formando listras. As ruas de sobe e desce da capital da Bahia também eram mal calçadas, o que dificultava a locomoção. Para quem chegava por via marítima, a vista de morros tomados de verdes em contraste com o azul do mar alimentava a fantasia do paraíso tropical. Mas ao desembarcar os viajantes se decepcionavam com a cidade, principalmente no caso dos europeus etnocentristas.

No todo a cidade por dentro não corresponde à sua bela aparência exterior, e as ruas ladeintas, tortuosas e mal calçadas, os muitos edifícios desleixados causam uma impressão desagradável [...]. A limpeza por si já não sendo uma virtude do tronco português, a população negra concorre ainda mais para aumentar a indiferença pela imundície e sordidez. É preciso permanecer por muito tempo no Brasil para perder-se um pouco de repugnância e nojo por esta raça humana de aparência suja, mesmo exteriormente. As administrações por seu lado

nada fazem para manter a limpeza nas ruas.⁶²

Essa decepção com as condições físicas da cidade por parte dos visitantes se somava ao asco dos próprios moradores, como no caso do estudante da Faculdade de Medicina da Bahia Octávio Torres da Silva, indignado com a falta de saneamento e com os hábitos dos soteropolitanos:

Quantas vezes, não são os transeuntes testemunhas dessas misérias, ocasionadas, umas pela falta de latrinas, umas pela impudonora civil e baixeza de caráter de alguns indivíduos, vendo-os lançar essas imundícies pela calha que serve de esgoto às águas dos telhados, quando não tomaram um banho d'elas atiradas pela janela? Quantos não são presenteados com os célebres pombinhos sem asas, cuja confecção é assaz conhecida e bastante usual nesta cidade? Quem não vê diariamente os esvaziamentos de urinas, latas e uns celeberrimos chifres, no meio das ruas e mesmo pelas janelas?⁶³

Os dois testemunhos acima demonstram como a cidade, e também a nação, era vista por habitantes e viajantes: suja, atrasada, incivilizada. Os homens de ciência estudavam soluções e as propagavam. O povo, escravo ou prestes a formar uma nova camada da sociedade desamparada, não recebia educação ou investimento em saúde e ainda carregava no corpo uma marca condenada pelos intelectuais: a cor da sua pele. Eram negros ou mestiços. Para muitos os últimos eram ainda piores, inferiores. Mas a miscigenação dos brasileiros também era vista pelo viés positivo, considerando como uma qualidade, fator de união e democracia racial, diminuindo ou eliminando o preconceito. A tese de que nosso país seria uma “sociedade multirracial de classes” foi formulada por Donald Pierson – muitas décadas mais tarde, nos anos 1949 –, conforme aponta Antonio Sérgio Alfredo Guimarães⁶⁴, e dizia que as diferentes origens étnicas dos brasileiros não impunham “barreiras de convívio e à mobilidade social”. As barreiras sociais eram compreendidas como consequência da economia e cultura, mesmo argumento de Gilberto Freyre em **Sobrados e Mocambos**, ainda conforme Guimarães.

A miscigenação como característica positiva dos brasileiros, que negariam a discriminação⁶⁵, ou como explicação para o atraso do país: dois pontos de vista

⁶² CONSTATT. 1868, apud REIS, Carlos Antônio. Elogio da mestiçagem e reabilitação do negro em Manuel Querino. 2009, Dissertação (Mestrado em História) – Unesp-Franca, 2009, p.36.

⁶³ OCTÁVIO SILVA. 1908, apud REIS, Carlos Antônio. Elogio da mestiçagem e reabilitação do negro em Manuel Querino. 2009, Dissertação (Mestrado em História) – Unesp-Franca, 2009, p.52.

⁶⁴ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, IN: Revistas Novos Estudos Cebrap, nº 54, 1999, São Paulo.

⁶⁵ Nos anos da ditadura militar, entre 1968 e 1978, a “democracia racial” passou a ser uma dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do anti-racismo ao anti-racialismo e sua

floresceram no ambiente intelectual e tiveram dois intelectuais contemporâneos como expoentes. Nina Rodrigues⁶⁶ e Manuel Querino⁶⁷ polarizavam estas posições teóricas. O primeiro, condenando a mistura de raças, e o segundo, a enaltecendo.

Nina Rodrigues, conforme Dante Moreira Leite⁶⁸, aceitava sem questionamentos o evolucionismo, ou seja, havia raças superiores (os brancos) e inferiores (os negros), em estágio primitivo, mas que poderiam se desenvolver, ao contrário do mestiço, que era considerado ainda pior. Os mestiços prejudicavam a situação do Brasil, que comparada à dos Estados Unidos não tinha solução, já que no país da América do Norte a segregação entre brancos e negros favorecia o desenvolvimento pela falta de mistura e, por causa do darwinismo, acreditava-se erroneamente que os brancos, a raça mais forte, eliminariam os negros definitivamente através da seleção natural. Assim, Nina Rodrigues era pessimista em relação ao futuro do Brasil, já que não via a mestiçagem como uma possibilidade de branqueamento dos negros, solução proposta por intelectuais de sua época, como vimos no capítulo anterior. A mestiçagem denegria a raça branca, assim Nina Rodrigues estava convicto. O professor de Medicina Legal também propunha mudanças no Código Penal brasileiro, alegando que raças inferiores não poderiam ser punidas da mesma forma que os brancos. Sobre isso, LEITE (1976) alega que Nina Rodrigues “enfrentava um problema filosófico muito sério”, já que, aceitando o determinismo biológico da inferioridade, como condenar alguém pressupondo seu livre arbítrio?

O chamado Direito Criminal teve sua teorização consolidada na Itália associada com a jovem Antropologia, de acordo com Sandra Jatahy Pesavento⁶⁹. Em 1876, o médico Cesare Lombroso lançou **L'Uomo delinquente** e foi sucedido por Enrico Ferri e

utilização para negar os fatos da discriminação e das desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por se tornar uma ideologia racista *per se*, ou seja, uma negação da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes. Foi justamente a função obscurecedora do anti-racialismo que passou a incomodar cada vez mais a população negra, sobretudo aquela fatia que nunca quis ser embranquecida e referida, em nossa terminologia cromática, por palavras como “escuros”, “morenos”, “roxinhos” e tantas outras, que denotam alguma desvantagem. Esta tensão entre um ideário anti-racista, que corretamente negava a existência biológica das raças, e uma ideologia nacional, que negava a existência do racismo e da discriminação racial, acabou por se tornar insuportável para todos e insustentável pelos fatos. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil, p. 153. IN: Revistas Novos Estudos Cebrap, nº 54, 1999, São Paulo.

⁶⁶ Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), um dos primeiros brasileiros a se dedicarem ao estudo dos costumes africanos no Brasil, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, acreditava que a miscigenação era causa da “degeneração” do povo. Seus estudos também permeavam as teorias da Medicina Legal do período.

⁶⁷ Manuel Raimundo Querino (1851-1923) teve atuação em diversas áreas, que incluíam arte, política e, posteriormente, seu trabalho etnográfico sobre os negros com uma perspectiva positiva que também alcançava os mulatos.

⁶⁸ LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro, 1976, Livraria Pioneira Editora, São Paulo.

⁶⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Visões do Cárcere. 2009. Editora Zouk, Porto Alegre.

Rafaele Garofalo. Nascidos “desta confluência do direito com a medicina”, os criminalistas se reuniram em 1884, em Turim, e em 1885, em Roma, para estudar peças de acervo particular com crânios, esqueletos e cérebros. Uma nova espécie, contrariando a ideia de que não há diferentes espécies/raças de humanos, era “descoberta”: o *homo criminalis*. “Com isso, invertera-se a racionalidade penal clássica, segundo a qual o criminoso só existiria na medida em que infringisse a lei” (PESAVENTO, p.18). Conforme a autora, o criminoso era compreendido como estagnado em um estágio primário da evolução. Lombroso assinalava que o tipo físico do criminoso tinha “as orelhas afastadas, cabelos abundantes, barba rala, sinus frontais e maxilares enormes; queixo quadrado e saliente, maçãs do rosto salientes, gestos frequentes” (LOMBROSO *apud* PESAVENTO, 2009, p. 18).

Em **Tenda dos Milagres** uma passagem demonstra a influência da escola italiana nos pensadores do final do século XIX e começo do século XX.

No primeiro júri, após mais de um ano de espera na cadeia, o promotor falara em perversidade congênita, exibira o seu **Lombroso**. Observem, Senhores Jurados, a **cabeça do indigitado réu: crânio típico de assassino**. Sem falar na **cor escura**: as teorias mais modernas, defendidas pelo ilustre professor de Medicina Legal de nossa colenda Faculdade, doutor Nilo Argolo, autoridade incontestada, assinalam o **alto percentual de criminalidade dos mestiços**. Ali, no banco dos réus, encontra-se uma prova a mais do acerto dessas teses.⁷⁰

Essas ideias eram aceitas e disseminadas nos meios científicos e intelectuais. Nina Rodrigues era seguidor de Lombroso e, apesar das ideias preconceituosas contra negros e mestiços (de baixa moralidade, indolente, fraco fisicamente, consequência do menor desenvolvimento cerebral, imprevidente e impulsivo), tinha visões paradoxais a respeito da cultura negra. Ele mesmo era um ogã de um terreiro de candomblé na Bahia. Ogã é o “cargo reservado aos homens 'não-rodantes' (que não entram em transe) e cuja função é auxiliar o pai ou a mãe-de-santo” (SILVA, 2005, p.139). Além disso, podem ser ogã alabê, que tocam os atabaques, ou ogã axogum, encarregado do sacrifício ritual de animais. Segundo Roger Bastide (2001), o que define um ogã em contraposição ao filho-de-santo não é o fato de ele não possuir um orixá, já que cada um de nós teria o seu, mas não ser possuído por ele (p.60). De forma simples, como mostra Bastide, ogã seria um protetor do candomblé, palavra de origem iorubá com o mesmo significado.

⁷⁰ AMADO, Jorge. 2001, p. 202. Grifos nossos.

Há duas espécies de ogã. Alguns são escolhidos devido apenas à situação social e financeira, servindo de protetores do candomblé com relação às autoridades constituídas; defendem-na contra as possíveis arbitrariedades da polícia; auxiliam-na em caso de necessidade, lançando mão de seus próprios recursos. Outros, porém, conservando algo da origem sacerdotal do termo, oungangas (ou sacerdotes, no Gabão), formam uma espécie de sacerdócio secundário.⁷¹

Os outros ogãs de que Bastide fala são os alabê e axogum, já citados.

A partir desta análise do autor, podemos inclusive afirmar que Nina Rodrigues se enquadraria no primeiro tipo, para proteger “em relação às autoridades constituídas”, defender “contra as possíveis arbitrariedades da polícia”. Conforme LEITE (1976), Rodrigues realmente combatia a ação da polícia contra os candomblés da Bahia.

Num rasgo de intuição, sugere que a perseguição aos *feiticeiros*, pelas classes altas, talvez se explicasse pelo fato de estas também temerem os feitiços. A realidade é tão poderosa que, se avançasse um pouco mais por ela, talvez Nina Rodrigues chegasse a contradições semelhantes àquelas indicadas em Euclides da Cunha: uma teoria errada para dar conta de uma realidade que a teoria europeia negava.⁷²

Na realidade, Nina Rodrigues entendia que o candomblé deveria ser encarado como um aspecto da cultura africana a ser investigado pela ciência, e não caso de polícia. Assim como enxergava a própria raça negra pelo viés evolucionista, via nos cultos de origem africana um estágio primitivo de religiosidade, de fetichismo, consolidando a influência teórica do positivismo. Os negros não teriam condições de compreender uma religião mais avançada, o catolicismo.

Outro ogã de terreiro de candomblé foi justamente o intelectual baiano pesquisador dos ritos africanos Manuel Querino (1851 -1923), que, em comum com Nina Rodrigues, tinha a convicção de que não deveria haver repressão policial. Mas mais uma vez seus pontos de vista são separados por uma enorme barreira. Querino via no candomblé a capacidade de adaptação e assimilação do negro em relação a outras culturas. A religião africana misturou-se no Brasil com o catolicismo formando o sincretismo que conhecemos.

O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, consequência fatal aos povos em sua infância. [...] Destarte não teve o africano dificuldades em encontrar uma como semelhança entre as divindades do culto católico e os ídolos do seu feiticismo,

⁷¹ (BASTIDE, 2001, p. 59 e 60)

⁷²(LEITE, 1976, p. 216)

conforme o poder milagroso de cada um.⁷³

Manuel Querino sofreu críticas à época por carecer de cientificidade na sua pesquisa etnológica. Entretanto, seus relatos sobre a cultura africana e o candomblé são minuciosos e serviram de fonte para a pesquisa de Roger Bastide sobre o mesmo tema. Querino é citado nas descrições de ritual de entrada para participar da organização de um candomblé, que inclui descobrir o orixá e confeccionar o colar, o Bori – ritual para saúde que inclui sacrifício animal e banho de sangue, ritual da passagem do ano, que não segue a lógica do 1º de janeiro a 31 de dezembro – e a culinária baiana, por exemplo. Mesmo com tantos detalhes, Bastide considera em alguns momentos as informações “insuficientes”. Sobre Nina Rodrigues, reconhecendo as divergentes posições de ambos e o tratamento racista dado aos negros, avalia os dados coletados como fiéis.

Apesar de todas essas falhas, as obras de Nina Rodrigues, ainda agora, não deixam de ser talvez as melhores publicadas sobre o assunto, primeiro porque seus informantes pertenciam ao candomblé mais tradicional, mais puramente africano de sua época, o candomblé de Gantois; depois, porque suas descrições do culto, das hierarquias sacerdotais, das representações coletivas do grupo negro, são fiéis e sempre válidas. São sem dúvida livros incompletos, mas, naquilo que descrevem, livros seguros.⁷⁴

Conforme Reis (2009), não há evidências de que Manuel Querino e Nina Rodrigues se conheçam, mesmo ambos morando em Salvador e tendo interesses sobre os mesmos temas, apesar da discrepância entre suas opiniões. Mas, se o encontro entre os dois não ocorreu na realidade, foi promovido pelo escritor Jorge Amado na ficção. **Tenda dos Milagres** aproxima os dois intelectuais nas figuras do autodidata Pedro Archanjo e Nilo Argolo, que incorporam o elogio e a condenação da mestiçagem, respectivamente. Pedro Archanjo é o herói e Nilo Argolo é o vilão neste romance escrito em 1969.

Sobre os rituais de Candomblé, o vilão Nilo Argolo, diferentemente do teórico Nina Rodrigues, não contemporiza a riqueza cultural apesar do ponto de vista evolucionista e prega a eliminação e proibição dos cultos na Bahia. Postura oposta, é claro, à do herói Pedro Archanjo, que lutava pela preservação dos candomblés e também do carnaval de rua.

Simultaneamente com o debate sobre miscigenação, viu-se Archanjo envolvido na

⁷³ (QUERINO apud REIS, 2009, p. 112)

⁷⁴ (BASTIDE, 2001, p.22)

luta entre o delegado Pedrito Gordo e os candomblés. Até hoje narram nas casas-de-santo, nos mercados e feiras, no cais do porto, nas esquinas e becos da cidade, diferentes versões, todas heroicas, do encontro de Pedrito e Archanjo, quando a atrabiliária autoridade invadiu o terreiro de Procópio... No entanto, **a perseguição aos candomblés era natural corolário da pregação racista iniciada na Faculdade** e retomada por certos jornais. Pedrito Gordo punha a **teoria em prática, produto direto de Nilo Argolo e Oswaldo Fontes, sua lógica consequência.**⁷⁵

Interessante notar que a repressão contra os candomblés em Salvador é assimilada pelo autor como “lógica consequência” das teorias raciológicas divulgadas na Faculdade de Medicina da Bahia. Como vimos, essas teorias de inferioridade do negro só encontraram grande aceitação porque o Brasil, um Estado em formação, ansiava pelo seu futuro e nacionalidade, e culpar a raça negra pelo atraso e enxergar na raça branca o desenvolvimento se encaixava muito bem. Tanto na realidade como na ficção, as teorias raciais ecoavam pela imprensa local, como no exemplo a seguir, de **Tenda dos Milagres**, publicado no *Jornal de Notícias*, “poderoso órgão das classes conservadoras” (p.69):

A autoridade deveria proibir esses batuques e candomblés, que, em grande quantidade, alastram as ruas nesses dias, produzindo essa enorme barulhada, sem tom nem som, como se estivéssemos na Quinta das Beatas ou no Engenho Velho, assim como essa mascarada vestida de saia e torço, entoando o abominável samba, pois que tudo isso é incompatível com o nosso estado de **civilização.**⁷⁶

Archanjo combatia o preconceito e violências contra candomblés através de artigos enviados para jornais e cartas. Alegava que a violência era fruto das teorias racistas disseminadas e que precisava combatê-las com seu próximo livro, agradecia a Argolo por tê-lo estimulado a estudar e pesquisar o tema com rigor científico.

Por outro lado, juntando a necessidade de eliminar a cultura africana ao mal causado pela miscigenação, clamava-se no espaço das cartas dos leitores dos jornais de Salvador:

Onde estava a polícia? Que fazia para demonstrar que esta terra tem **civilização?** A continuar essa escandalosa exibição de África: as orquestras de atabaques, as **alas de mestiças e de todos os graus de mestiçagem** – desde as opulentas crioulas às galantes mestiças brancas (...).⁷⁷

Não é coincidência a associação da cultura negra com o atraso. Negros e mestiços eram vistos como os elementos culpados do atraso da nação brasileira em

⁷⁵ AMADO, Jorge. 2001, p.138.Grifos nossos.

⁷⁶ AMADO, Jorge. 2001, p. 69.Grifos nossos.

⁷⁷ AMADO, Jorge. 2001, p. 70.Grifos nossos.

formação. Proibir o carnaval de rua e o candomblé era uma forma de avançar, eliminar o primitivo. Afinal, como demonstrar que aqui havia civilização, como se viu no pedido acima? Aliás, é notória a aparição sequencial do termo civilização neste contexto. No século XVIII, a palavra civilização era recorrente no vocabulário francês. Conforme Denys Cüche, ela evoca a concepção de um progresso coletivo e “significa para eles o processo que arranca a humanidade da ignorância e da irracionalidade” (1999, p. 22).

A civilização é então definida como um processo de melhoria das instituições, da legislação, da educação. A civilização é um movimento longe de estar acabado, que é preciso apoiar e que afeta a sociedade como um todo, começando pelo Estado, que deve se libertar de tudo o que é ainda irracional em seu funcionamento. Finalmente, a civilização pode e deve se estender a todos os povos que compõem a humanidade. Se alguns povos estão mais avançados que outros neste movimento, se alguns (a França particularmente) estão tão avançados que já podem ser considerados como “civilizados”, todos os povos, mesmo os mais “selvagens”, têm vocação para entrar no mesmo movimento de civilização, e os mais avançados têm o dever de ajudar os mais atrasados a diminuir esta defasagem.⁷⁸

Como se percebe, o termo civilização foi cunhado justamente pelos mais civilizados, os franceses. Não é à toa que Denys Cüche afirma que “nomear é ao mesmo tempo colocar o problema e, de certa maneira, já resolvê-lo” (p.17). A avaliação de que o Brasil precisava civilizar-se também vinha do olhar estrangeiro ou dos brasileiros com experiência no Velho Mundo. De certa forma, podemos dizer, como vimos no capítulo anterior, que assim como a identidade mestiça – mestiça em relação ao outro diferente e branco –, o Brasil só é incivilizado diante de um outro, obviamente, civilizado. Como afirma Ruben George Oliven, “identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção” (2006, p. 34).

Cüche afirma que civilização era concebida como um estágio, portanto com a possibilidade de ser desenvolvido, e assim os intelectuais nacionais consideravam a situação do Brasil, com chances de ser civilizado, mas com algumas condições. O candomblé, por exemplo, fazia parte de um país primitivo e, portanto, deveria ser eliminado para permitir o avanço da nação.

Além de **Tenda dos Milagres**, Jorge Amado trata da temática da repressão violenta contra os candomblés em outros livros, como **Capitães da Areia**. Não é para menos. Jorge Amado foi autor da emenda da Constituição de 1946 que garantia a

⁷⁸ (CÜCHE, 1999, p.22)

liberdade religiosa. O escritor foi eleito deputado por São Paulo em 1945 pelo PCB e foi autor de 15 emendas ao projeto de Constituição, incluindo aquela que isentava impostos de importação para livros e papel para impressão de jornais (BRAGA, 1998, p. 719). Jorge Amado conta que só conseguiu aprovar sua emenda pois não a expôs para a bancada do Partido Comunista Brasileiro, que entendia qualquer religião como “ópio do povo” e afastaria o país do ideal socialista sem religiões, e mostrou-a diretamente para Luis Carlos Prestes. Para aprovar a emenda procurou deputados estratégicos como o baiano Luiz Viana Filho, autor de livro sobre o negro no Brasil, e também Gilberto Freyre, que “colocou-lhe o valioso autógrafo, comentou em voz baixa, o sorriso sedutor; *por que não pensei nisso?*” (AMADO, 1992, p.73).

Quando começou a trabalhar como repórter, aos quatorze anos, escrevendo as páginas policiais de *O Diário da Bahia*, Amado testemunhou momentos que serviriam de inspiração para as cenas de repressão aos candomblés nos seus livros. “Nunca esquecerei de pai Procópio, as costas em sangue, resultado da surra de chicote no xadrez. Tais misérias e a grandeza do povo da Bahia são a matéria-prima de meus romances, que os leia quem quiser saber como as coisas se passaram” (1992, p. 71 e 72).

Essa a minha contribuição para a Constituição Democrática de 1946. Transformada em artigo de lei a emenda funcionou, a perseguição aos protestantes, a violação de seus templos, das tendas espíritas, a violência contra o candomblé e a umbanda tornaram-se coisas do passado. Para algo serviu minha eleição, a pena de cadeia que cumpri no Palácio Tiradentes, constituinte apagado, deputado de pouca valia.⁷⁹

Desta forma humilde Jorge Amado define sua atuação na Assembleia Constituinte – formada por deputados e senadores, onde era assíduo nas sessões que começavam às 14h (as noturnas não tinham hora para acabar) e ativo na Comissão de Educação e Cultura –, mas reconhece orgulhoso o resultado do seu trabalho, que evita até hoje a violência contra os praticantes de diferentes religiões.

Respeitando a religiosidade africana e lutando contra sua repressão, tanto Jorge Amado como seu personagem Pedro Archanjo, paradoxalmente, eram ateus. “Meu materialismo não me limita”, explicava Archanjo ao ser questionado por que participava então dos candomblés.

Pedro Archanjo é a soma de muita gente misturada: o escritor Manuel Quirino [*sic*],

⁷⁹ (AMADO, 1992, p. 73 e 74)

o babalaô Martiniano Eliseu do Bomfim, Miguel Santana Obá até, o poeta Artur de Sales, o compositor Dorival Caymi e o alufã Licutã – e eu próprio, é claro. De todos eles Archanjo incorpora um traço, uma singularidade, a preferência, o tom de voz, o gosto da comida, o trato das mulheres, a malícia.⁸⁰

A menção a Manuel Querino por Jorge Amado não surpreende. Logo na abertura de **Tenda dos Milagres** o autor reproduz o pensamento de Querino que dá o recado e o tom mulato ao romance: “O Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço”. A citação é do seu texto **O colono como fator da civilização brasileira**. Este trabalho foi publicado pela primeira vez em Salvador em 1918, pela Imprensa Oficial do Estado.

O primeiro aspecto que chama atenção no texto é o modo como Querino cunha o negro. O termo escolhido foi “colonizador” e não escravo, como era mais comum no período. O autor, ele mesmo mulato, carregava uma visão positiva dos mestiços e negros, como já dissemos. Querino enaltecia os conhecimentos do povo negro adquiridos ainda na África através do contato com muçulmanos. A influência negativa seria, na realidade, dos portugueses, que queriam enriquecer sem trabalho. O trabalho era visto como algo degradante e Querino sustentava que o português não foi capaz de se adaptar aos trópicos. A sabedoria e a força de trabalho brasileira eram originárias dos negros que, segundo Manuel Querino, além de tudo teriam sido os primeiros a encontrar diamante e ouro no Brasil com as técnicas trazidas da África.

Sobre a resistência contra a escravidão, Manuel Querino sustenta que, com saudades da terra natal e da liberdade, os negros se suicidavam em protesto. Em um segundo momento, os negros teriam avaliado que a “vingança” deveria ser contra os senhores, método que também foi superado em uma “terceira fase”, quando perceberam que deveriam se organizar e montar estratégias de fuga. E com esta organização Manuel Querino considera Palmares como a primeira República do Brasil, comparando os escravos africanos no Brasil com os escravos romanos, dizendo que os daqui eram superiores. No lugar de um exército violento, os escravos do Brasil se organizavam. Assim, Querino entendia os negros além de colonizadores, o que em si já era uma concepção nova, mas também como civilizadores, o que rompia completamente com o paradigma da época.

A esse respeito, Querino sustenta:

⁸⁰ (AMADO, 1992, p. 139)

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria, etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira.⁸¹

O negro era também “fator da civilização brasileira” e o mestiço, a “glória da nação”. Querino tenta provar a qualidade inquestionável do mestiço ao listar uma lista de próceres brasileiros e miscigenados. A lista é precedida pelo elogio. Vejamos.

Do convívio e colaboração das raças na feitura deste País, procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa plêiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais seleta nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação. Sem nenhum esforço pudemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunápio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, Padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glicério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Teófilo de Jesus, Damião Barbosa, Chagas, o Cabra, João da Veiga Muricí e muitos outros, só para falar dos mortos.⁸²

Sobre esses “ilustres homens de talento”, “o que há de mais seleta nas afirmações do saber”, as “verdadeiras glórias da nação”, Querino confia que a “justiça da história” irá reconhecê-los. Querino considera tantos exemplos positivos como justificativa para

asseverar que o Brasil possui **duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço**. Tratando-se da riqueza econômica, fonte da organização nacional, ainda é o colono preto a principal figura, o fator máximo. São esses os florões que cingem a fronte da raça perseguida e sofredora que, a extinguir-se, deixará imorredouras provas do seu valor incontestável que a justiça da história há de respeitar e bem dizer, pelos inestimáveis serviços que nos prestou, no período de mais de três séculos.⁸³

E é com essa afirmação de Querino que Jorge Amado inicia **Tenda dos Milagres**, onde toma forma, nos personagens de Pedro Archanjo e Nilo Argolo, o debate sobre a questão racial. Diferentemente de Nilo Argolo, médico e professor da faculdade, Pedro Archanjo – “sábio autor de livros sobre miscigenação, talvez definitivos” (p.28) – era bedel da instituição de ensino, com funções longe das catedráticas. Como diz o escritor, “o debate em torno da questão racial arrancou a Faculdade da retórica barata e da teoria suspeita e a reintegrou no interesse científico, na especulação honrada e original, no trato

⁸¹ (QUERINO, 1918, p. 72)

⁸² (QUERINO, 1918, p. 72)

⁸³ (QUERINO, 1918, p. 72 e 73)

da matéria” (p. 137). Interesse científico sobre a mistura de raças que atingiu e envolveu Pedro Archanjo, que escreveu livros e publicou com o auxílio de Lídio Corró, seu parceiro na Tenda, local onde Corró tinha uma tipografia e onde faziam encontros com música, dança e teatro de bonecos com sombra e luz. Os livros, **A vida popular na Bahia** (1907); **Influências africanas nos costumes da Bahia** (1918); **Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas** (1928) e **A culinária baiana – origens e preceitos** (1930), carregavam a bandeira da mestiçagem como, do modo como Manuel Querino diria, uma das grandezas do Brasil. A própria bibliografia do personagem Archanjo, se comparada com a de Querino, torna evidente a associação feita por Jorge Amado. O mesmo ocorre com Nilo Argolo e Nina Rodrigues.

Em 1904, o professor Nilo Argolo, catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, apresentou a um Congresso Científico reunido no Rio de Janeiro e publicou numa revista médica e em separata a memória *A degenerescência psíquica e mental dos povos mestiços – o exemplo da Bahia*. Em 1928, Pedro Archanjo escreveu os *Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas*, pequeno volume do qual somente cento e quarenta e dois exemplares chegaram a ser impressos, e uns cinquenta enviados, por Lídio Corró, a bibliotecas, universidades e escolas nacionais e estrangeiras, a sábios, a professores, a literatos. **Durante essas duas décadas travou-se uma polêmica nos bastidores da Faculdade em torno do problema racial no mundo e no Brasil, envolvendo teses, teorias, autores, cátedras e autoridades científicas e policiais.** Livros, memórias, artigos, folhetos foram escritos e publicados e o tema obteve repercussão na imprensa, sobretudo na forma de **virulentas campanhas a propósito de aspectos da vida da cidade e de sua condição religiosa e cultural.**

Os livros de Archanjo, os três primeiros especialmente, encontram-se diretamente ligados a esse debate e assim se pode avançar uma afirmação categórica: houve, no primeiro quartel do século, no burgo da Bahia, uma **luta de ideias e princípios entre certos professores da Faculdade, entronizados nas cátedras de Medicina Legal e de Psiquiatria**, e os mestres daquela universidade vital do Pelourinho, muitos dos quais só se deram conta dos fatos – e ainda assim em termos restritos – quando a polícia foi chamada a intervir e interveio.

Nos começos do século, a Faculdade de Medicina encontrava-se propícia a receber e a chocar as teorias racistas pois deixara paulatinamente de ser o poderoso centro de estudos médicos fundado por Dom João VI, fonte original do saber científico no Brasil, a primeira casa de doutores da matéria e da vida, para transformar-se em ninho de subliteratura, da mais completa e acabada, da mais retórica, balofa e acadêmica, a mais retrógrada. Na grande Escola, desfraldaram-se então as bandeiras do preconceito e do ódio⁸⁴.

O trecho anterior foi reproduzido na íntegra porque resume perfeitamente o clima acadêmico em torno da questão racial e mostra a opinião do autor a respeito das teorias raciológicas: “subliteratura, da mais completa e acabada, da mais retórica, balofa e acadêmica, a mais retrógrada”. As mesmas teorias foram responsáveis por pregar o

⁸⁴ (AMADO, 2001, p. 136) Grifos nossos.

preconceito e disseminar o ódio contra os negros, no ponto de vista do autor. Para Pedro Archanjo, os livros de Nilo Argolo sobre os negros e mestiços eram “páginas terríveis, candentes palavras” (p. 94). Archanjo se perguntava onde Argolo encontrou subsídio para afirmações categóricas como “fator de nosso atraso, da nossa inferioridade, constituem os mestiços, sub-raça incapaz” e sobre os negros, que “não tinham ainda atingido a condição humana”, “em que parte do mundo puderam os negros constituir Estado com um mínimo de civilização?” (p.94).

Notemos que novamente o termo civilização é utilizado e suposta falta de civilização do Brasil é um dos fatores que originaram a necessidade de importar e de adaptar as teorias raciais no Brasil, que explicariam nosso atraso pela presença “dos mestiços, a negralhada” (p.76).

Em contrapartida, as teorias e postura racista de Nilo Argolo encontram oposição no que escreve Pedro Archanjo, otimista em relação aos mestiços. Em **Influências africanas nos costumes da Bahia**, Archanjo prevê que “formar-se-á uma cultura mestiça de tal maneira poderosa e inerente a cada brasileiro que será a própria consciência nacional, e mesmo os filhos de pais e mães imigrantes, brasileiros de primeira geração, crescerão culturalmente mestiços” (p. 218).

Na terceira publicação saída da tipografia de Lídio Corró, **Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas**, Pedro Archanjo provou o que a minoria queria esconder e não admitia. Como dizia Zabela, amiga solteirona de “sangue nobre” e prima de Argolo, os brancos da Bahia eram “mascavos”. Foi com o auxílio da prima de Nilo Argolo que desvendou a árvore genealógica da elite de Salvador para concluir e imprimir no papel comprado fiado para seus livros que

não havia família sem mistura de sangue – apenas uns quantos gringos recém-chegados e esses não contavam. Branco puro era coisa inexistente na Bahia, todo sangue branco se enriquecera de sangue indígena e negro, em geral dos dois. A mistura começou com o naufrágio de Caramuru, nunca mais parou, prossegue correntia e acelerada, é a **base da nacionalidade**.⁸⁵

Não era necessariamente inédita a informação de que os brancos da elite soteropolitana eram mestiços. Mas com a ajuda de Zabela, Archanjo desvendou a hereditariedade de senhoras brancas casadas com mulatos, senhores brancos de

⁸⁵ AMADO, 2001, p. 278. Grifos nossos.

engenho casados com negras e seus descendentes que faziam questão de esquecer ou apagar da memória⁸⁶ suas origens.

Nas palavras de Pedro Archanjo, além de “branco puro ser inexistente na Bahia”, já que havia sido “enriquecido” – uma visão bem otimista –, a mistura formava a “base da nacionalidade”. Verifica-se aqui uma certa repercussão das ideias de Gilberto Freyre em **Tenda dos Milagres**.

Ligam-me a Gilberto Freyre estima e admiração, não fui vassalo de sua corte mas tive plena consciência da significação de **Casa-Grande & Senzala** apenas publicado em 1933 e a proclamei aos quatro ventos: em suas páginas aprendemos por que e como somos brasileiros, mais que um livro foi uma revolução.⁸⁷

Como se vê, Jorge Amado reconhece a importância da obra de Gilberto Freyre, mas deixa claro que não foi “vassalo de sua corte”, provavelmente por causa de suas divergências políticas, mas que nunca fizeram com que se afastassem.

Voltando aos apontamentos de Archanjo sobre a mestiçagem em Salvador. O livro foi um escândalo na alta sociedade da capital. O próprio Nilo Argolo, primo de Zabela, teve suas origens africanas reveladas e por esse foi motivo de chacota e piadas entre os alunos de Medicina que precisavam aturar sua pregação racista, que não levava em conta sua própria ascensão.

Onze anos decorreram entre a publicação de **A vida popular na Bahia** e de **Influências africanas nos costumes da Bahia**, o primeiro e segundo livro de Archanjo, respectivamente lançados em 1907 e 1918, “ousadas e discutíveis afirmações sobre raças, o elogio à miscigenação, explosivo assunto” (p. 216).

Neste período, estudou com obstinação e, a conselho de Nilo Argolo, que esnobou a observação etnográfica de sua estreante brochura, adotou método científico reconhecido. Archanjo tinha uma missão e “leu o que havia sobre problemas das raças. Devorou tratados, livros, teses, comunicações científicas, artigos, percorreu coleções de

⁸⁶ Segundo Michael Pollak (1989), as memórias podem ser fenômenos individuais ou coletivos. E, para Maurice Halbwachs, como manifestação coletiva, pode sofrer interferências e mudanças constantes. Em suma, uma memória coletiva é influenciada por diversos fatores que não apenas o indivíduo. Sociedade, identidade, política e até mesmo traumas podem interferir em uma memória coletiva.

Não obstante, seja individual ou coletiva, Pollak define três elementos constitutivos da memória: acontecimentos, pessoas/personagens e lugares. Acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou, como o autor chama, “vividos por tabela”, quando são experiências vividas pelo grupo ao qual o indivíduo faz parte ou se sente fazendo parte. Nem sempre o indivíduo participou de certos episódios, fatos ou momentos históricos, mas o sentimento de pertença ao grupo faz com que sinta como se tivesse vivido.

⁸⁷ AMADO, 1992, p. 43

revistas e jornais, rato de bibliotecas e arquivos” (2001, p. 181). E para Archanjo não era fácil ler o que os teóricos diziam sobre os negros. Enquanto lia os escritos de Argolo, “seus olhos se fizeram pequenos e vermelhos” (p.95). Ler tantos absurdos sobre si, sobre seus amigos, sobre todos – nenhum branco era puro, só os recém-chegados da Europa, como ele pensava – o deixava irado mas, ao mesmo tempo, motivado a argumentar contra tais preconceitos e assim prosseguir com suas leituras para escrever mais um livro. “Para o doutor Nilo Argolo a desgraça do Brasil era aquela negralhada, a infame mestiçagem” (p.95).

Salutar observar que no período da década de 30, quando transcorre o primeiro tempo de **Tenda dos Milagres** em que Pedro Archanjo é vivo, a visão sobre mestiçagem é predominantemente negativa, só contraposta por Archanjo, mas sem a força e a legitimidade necessárias para mudar o paradigma daquele momento. A mensagem é de preconceito, de segregação.

Torna-se cada vez maior o número de indivíduos de cor a ocupar as vagas que deviam ser reservadas exclusivamente aos moços de famílias tradicionais e de sangue puro. Impunha-se drástica medida: a proibição pura e simples de matrícula a esses elementos deletérios. Citava o exemplo da Marinha de Guerra onde negro e mestiço não podiam aspirar ao oficialato, e tecia elogios ao Itamaraty que, de maneira velada porém firme, impede o alastramento da degradante mancha em seus requintados quadros diplomáticos.⁸⁸

O trecho acima é o exemplo de opinião que se via na imprensa. Pedia-se distância dos “indivíduos de cor”, que não deveriam ocupar os espaços de direito dos “moços de famílias tradicionais e de sangue puro”. Elogiava-se medidas que evitavam o “alastramento da degradante mancha”. O preconceito racial ganhava embasamento com as teorias raciológicas ensinadas na Faculdade de Medicina.

A única voz destoante, ou pelo menos a mais alta, era a de Pedro Archanjo, que via beleza e qualidades na miscigenação. “A formosura das mulheres, das simples mulheres do povo, é atributo da cidade mestiça, do amor das raças, da clara manhã sem preconceito” (p.15), escrevera em um dos seus livros. Para ele, o belo nascia da mistura. As mulheres mais belas eram as que carregavam na aparência o “amor das raças”. Archanjo também via na mestiçagem atributos como força, justiça e perseverança. “Somos de boa cepa, nosso sangue misturado é bom de briga, não recuamos nunca, e não abrimos mão de nosso direito, vivemos para exercê-lo” (p. 196), pregava.

⁸⁸ AMADO, 2001, p.184.

Aos poucos, Pedro Archanjo conseguia sensibilizar, principalmente os mais próximos, para a sua causa. Seu afilhado Tadeu Canhoto é um exemplo. Com os anos de convivência, passou a compreender as ideias de seu padrinho. Focado nos estudos e dedicado a ascender socialmente, somente enfrentou preconceito por ser mulato no momento de seu noivado, enfrentando a ira dos pais da noiva que não o aceitavam como parte da família. Antes, quando frequentava a casa da família como amigo do filho, era bem recebido na casa. O próprio episódio de preconceito levou à reflexão:

Não há, a meu ver, nada pior do que o preconceito de cor, **nada melhor do que a mistura de raças**, aprendi com o senhor em seus livros e em seu comportamento. (...) Não foi o senhor quem sempre disse que o problema de raças e sua solução situavam-se de maneira não só diferente mas oposta no Brasil e Estados Unidos, que a tendência aqui, apesar dos obstáculos, era a **comunhão de raças, a mistura?**⁸⁹

Nesta passagem, Tadeu Canhoto conversa com o padrinho Pedro Archanjo dizendo as lições que aprendeu com o próprio, de que a mestiçagem era a solução para o problema de raças. Inclusive coloca a questão das diferenças entre Brasil e Estados Unidos, que, como vimos em Skidmore, traçaram caminho diferentes em busca da solução. Em um, a mistura venceu. No outro, a segregação.

Sob certo aspecto, Tadeu Canhoto também materializa a ideia – como nos apresenta Antônio Sérgio Alfredo Guimarães – de Thales de Azevedo de que no Brasil havia um processo de branqueamento social. Negros poderiam se transformar socialmente em brancos através da ascensão, principalmente econômica. Outra maneira de branquear-se era adotando comportamentos da classe dominante. “O peneiramento social brasileiro é realizado mais em termos de cultura e de status econômico do que em termos de raça” (RAMOS *apud* GUIMARÃES, 1999, p. 151). Esta ascensão, este branqueamento ocorreu com Tadeu Canhoto a partir do seu título de engenheiro formado e depois como funcionário público de alto escalão, status cobiçado por muitos. Quanto mais progredia na carreira, menor tornavam-se suas dificuldades de aceitação na família da já esposa.

O branqueamento de Tadeu Canhoto também pode ser entendido sob outra perspectiva. Conforme Guimarães, Carl Degler, um historiador norte-americano autor de formulou a tese do “mulato como válvula de escape”. Na essência, a ideia dizia que a ascensão social dos mestiços prejudicava o movimento negro, que perdia **Nem preto**

⁸⁹ (AMADO, 2001, (p.239)

nem branco, e possíveis lideranças, já que os negros embranquecidos pela condição econômica tinham mais condições de formação e preparo, por exemplo.

De professor a aluno, assim aconteceu com doutor Fraga Neto que, assim como Tadeu Canhoto, também assimilou a lição de Pedro Archanjo, de quem leu os livros. Ao defender sua vaga permanente na Faculdade de Medicina da Bahia, Fraga Neto defendeu sua tese utilizando os argumentos de Archanjo, inclusive o citando, o que foi considerado como ultraje pelos professores conservadores que do alto da sua brancura mascava sentiram-se ofendidos.

Professor Fraga Neto proferiu e polemizou:

São de tal maneira terríveis as condições de vida do povo baiano, tamanha é a miséria, tão absoluta e falta de qualquer assistência médica ou sanitária, do mais mínimo interesse do Estado ou das autoridades, que viver em tais condições constitui por si ó extraordinária **demonstração de força e vitalidade**. Assim sendo, a preservação de costumes e tradições, a organização de sociedade, escolas, desfiles, ranchos, ternos, afoxés, a criação de ritmos de dança e canto, tudo quanto significa enriquecimento cultural adquire a importância de **verdadeiro milagre que só a mistura de raças explica e possibilita. Da miscigenação nasce uma raça de tanto talento e resistência, tão poderosa, que supera a miséria e o desespero na criação quotidiana da beleza e da vida.**⁹⁰

Ora, tal manifestação em uma banca de peso científico, verbalizada por um professor justamente no local onde era colocado o tempero brasileiro nas teorias raciais importadas e adaptadas, tinha um imenso peso e valor. Pedro Archanjo começava a ser reconhecido não só pelo povo do Pelourinho. Nilo Argolo, junto com sua medicina legal e teorias raciológicas, ganhava oposição considerada legítima no meio acadêmico. Já que Archanjo era desprezado por parte dos professores, como desprezar um colega? Era uma verdadeira audácia afirmar que mestiços eram fortes e cheios de vitalidade. Que só a mistura de raças explicava a perseverança da cultura negra em meio a condições de vida tão terríveis. Talentosa, resistente e poderosa, assim era a raça nascida da miscigenação, bradava no romance o professor Braga, marcando o começo de uma nova era.

Décadas mais tarde, o sábio e ilustre professor, “prêmio Nobel por sua contribuição ao desenvolvimento das ciências sociais e humanas” (p. 8), “filósofo, matemático, sociólogo, antropólogo, etnólogo, muita coisa mais, professor da Columbia University, Prêmio Nobel de Ciência, tudo isso e, como se tudo isso não bastasse, norte-americano” (p.16) James D. Levenson veio ao Brasil e ainda no Rio de Janeiro havia dito aos jornalistas que sentia-se feliz por estar na terra de Pedro Archanjo. Foi uma correria.

⁹⁰ (AMADO, 2001, p. 248) Grifos nossos.

Todos atrás para tentar descobrir quem era Archanjo. Todos querendo mostrar que o conheciam. Levenson não podia sair do Brasil sem visitar a cidade de Archanjo e desembarcou em Salvador. Foi recebido com glórias pela academia, políticos, intelectuais e jornalistas. Na coletiva de imprensa no saguão do hotel onde estava hospedado deu uma coletiva de imprensa onde teceu elogios para as pesquisas de Pedro Archanjo, motivo de sua visita a cidade.

“Assim começou na Bahia, naquela doce tarde de abril, a glória de Pedro Archanjo” (p.15). Todos jornais locais competiam pela melhor cobertura de Levenson em Salvador. A partir do reconhecimento estrangeiro, a imprensa passou imediatamente a dar valor ao etnógrafo autodidata e acreditar que sempre o fez. Foram reportagens e cadernos especiais falando sobre a vida e obra de Archanjo. O Jornal da Cidade já estava virando motivo de piada entre jornalistas por sua cobertura singela. A solução para alavancar a divulgação do JC apareceu em Damião. Amigo próximo de Archanjo, Damião queria que fizessem jus à personalidade de Archanjo e, sem querer, revelou ao JC que Archanjo chegaria ao centenário naquele ano. Foi o que bastou para o Jornal da Cidade disparar uma intensa campanha usando a informação exclusiva dada por major Damião dos 100 anos de Pedro Archanjo.

A programação da comemoração do centenário de Archanjo incluía, além de um concurso de redação, cadernos especiais no JC, sessão solene de encerramento, um seminário com o tema **A democracia racial brasileira e o apartheid – afirmação e negação do humanismo**, que mais tarde enfrentaria problemas justamente pelo tema. Toda a programação distorceu a figura de Archanjo, de bedel a professor de Medicina, de mulato a branco, de boêmio solteiro a pai de família. Mas de tudo isso, o seminário é o que, pelo menos no projeto, seria fiel aos escritos de Archanjo e seu significado. A justificativa do tema escolhido:

A proposta do seminário provinha do professor Ramos, do Rio de Janeiro, em carta ao doutor Zezinho: *Pedro Archanjo é mestre e exemplo da grandeza e da **solução brasileira do problema das raças: a fusão, a mistura, o caldeamento, a miscigenação** – e para honrar sua memória, por tantos anos relegada ao esquecimento, nada mais indicado do que um conclave de sábios no qual se **afirme mais uma vez a tese brasileira** e se denuncie os crimes do apartheid, do racismo, do ódio entre os homens.*⁹¹

Professor Ramos, do Rio de Janeiro, foi o único a realmente saber de quem se tratava Pedro Archanjo quando Levenson o mencionou. Ele havia lido todos seus livros,

⁹¹ AMADO, 2001, p. 105 Grifos nossos.

reeditado com notas e pesquisa, escrito artigos a respeito, sempre ignorado até a chegada do sábio de Columbia. E era de Ramos a proposta do tema do seminário comemorativo. Mostrar como o Brasil solucionou o problema de raças com a mistura, em uma saída completamente genuína, diferente do chamado apartheid norte-americano. O seminário acabou não ocorrendo justamente pela desconfiança de que o tema desagradaria aos militares e aos Estados Unidos. Mas antes, muito se debateu entre os pesquisadores engajados na realização do encontro científico.

Da Faculdade de Filosofia veio o professor Azevedo, em caráter pessoal, trazido pelo projeto de seminário, entusiasta da ideia. O professor Ramos escrevera-lhe do Rio, pedindo sua ajuda para a organização do simpósio: pode resultar num acontecimento magno para a **cultura brasileira – o primeiro debate sistematizado e em bases realmente científicas a propósito do problema racial**, mais em evidência e candente do que nunca, explodindo em conflito por todas as partes, especialmente nos Estados Unidos onde o Poder Negro é um fator novo e sério, agravando-se na África do Sul onde parece ter se fixado a herança do nazismo. O professor Azevedo tinha em preparo documentada tese sobre a **contribuição de Archanjo à solução brasileira do problema**, a ser sujeita ao conclave que, conforme propusera ao professor Ramos, podia usar como epígrafe uma frase de mestre Pedro nos *Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas; Se o Brasil concorreu com alguma coisa válida para o enriquecimento da cultura universal, foi com a miscigenação – ela marca nossa presença no acervo do humanismo, é a nossa contribuição maior para a humanidade.*⁹²

A miscigenação era vista como a solução genuinamente brasileira para o problema das raças que, em outros países, como os Estados Unidos, resultava em uma separação preconceituosa entre brancos e negros. Os professores davam muita importância ao seminário pois seria o primeiro do tipo no Brasil a discutir a questão das raças a partir da academia, ou seja, de forma científica. Desta forma, desconsideravam todos outros seminários realizados anteriormente, inclusive aqueles de que Nilo Argolo havia participado. Pedro Archanjo, o bedel e boêmio, era considerado ciência, finalmente.

A valorização e o reconhecimento da produção intelectual de Pedro Archanjo apenas se realizaram por causa da chegada de James D. Levenson ao Brasil e do declarado interesse que tinha sobre sua obra. O professor norte-americano da ficção vinha da Universidade de Columbia, a mesma instituição de ensino onde lecionou Franz Boas, na realidade. Detalhe que não é mera coincidência.

Franz Boas, como vimos no capítulo anterior, é considerado o fundador do culturalismo e teve entre seus alunos Gilberto Freyre, que foi o responsável por disseminar no país a noção de cultura como explicação para o Brasil, e não a raça. Freyre

⁹² (AMADO, 2001, p.111 e 112) Grifos nossos.

também fazia o elogio à mistura racial, assim como Manuel Querino. A inspiração de Jorge Amado em Boas para criar o personagem de Levenson aparece não apenas no “programa” de **Tenda dos Milagres** ao defender a mestiçagem, mas também de forma mais explícita, além de ambos serem docentes de Columbia.

Também frei Timóteo lhe emprestou muitos livros, alguns desconhecidos na Bahia mesmo pelos professores dados a tais estudos. Por intermédio do frade soube de **Franz Boas** e talvez tenha sido o primeiro brasileiro a estudá-lo⁹³.

No período em que se dedicou quase que exclusivamente a estudar ciências sociais e teorias raciológicas, Pedro Archanjo teve vários apoiadores e tutores, até. Frei Timóteo foi um deles. Emprestando livros considerados desconhecidos no Estado, o que mostra a visão de que os intelectuais estariam atrasados. O frei também apresentou Franz Boas para Pedro Archanjo. Boas era considerado uma novidade, já que Archanjo “talvez tenha sido o primeiro brasileiro a estudá-lo”. E a influência foi imediata, já que combinou perfeitamente com o que Archanjo constatara de modo empírico. Não são as raças que influenciam as características dos indivíduos, mas sua cultura, seu ambiente – não o físico, mas o cultural.

Outras referências diretas a teóricos são feitas ao longo de **Tenda dos Milagres**. Quando Nilo Argolo avalia o livro de Archanjo, dizendo que de nada valem suas impressões (Argolo pelo menos reconhece o valor da observação dos ritos das religiões africanas) por faltar cientificidade, recomenda-lhe algumas leituras. Recomendação que resultou em motivação para Archanjo pesquisar as teorias raciais e escrever outro livro.

Já lhe aconteceu ler algo sobre o assunto em pauta – mantinha seu riso de zombaria: - Recomendo-lhe Gobineau. Um diplomata e sábio francês: viveu no Brasil e é autoridade definitiva sobre o problema das raças. Seus trabalhos estão na biblioteca da Escola.⁹⁴

A provocação de Nilo Argolo bastou para que Pedro Archanjo pesquisasse todas as ideias de Arthur de Gobineau, que acreditava na superioridade branca e tinha asco dos brasileiros mestiços no período que morou no Brasil.

De Gobineau soube de cor a vida e a obra, a monstruosa tese, cada minuto de sua embaixada no Brasil: só um conhecimento total, um saber sem dúvidas, pode converter o ódio cego em desprezo e nojo.⁹⁵

⁹³ (AMADO, 2001, p.188) Grifos nossos.

⁹⁴ (AMADO, 2001, p.144)

⁹⁵ (AMADO, 2001, p.185)

Jorge Amado também menciona Gobineau como uma “sombra” que teria se estendido sobre o Terreiro de Jesus (p.96), mostrando o tom de reprovação da doutrina de superioridade branca.

Enquanto se dedicava à pesquisa para seu novo livro, Archanjo não leu somente Gobineau. “Leu amigos e inimigos, franceses e ingleses, alemães, italianos, o norte-americano Boas...” (p. 189). Todos amigos colaboravam com a empreitada intelectual de Pedro porque sabiam de sua intenção e a necessidade da defesa de sua gente. Mestiços não eram bandidos degenerados. Quando precisou comprar **Reise in Brasilien**, de Spix e Martius, foi Bajé Bassã, yalorixá, quem reuniu o dinheiro necessário, “abriu o cofre de Xangô” (p.189) para adquirir o exemplar do livreiro italiano Bonfanti. E do mesmo modo, quando precisava de dinheiro, vendia alguns dos seus exemplares preciosos.

A leitura das teorias raciais, apesar de significar um aprendizado necessário para Pedro Archanjo que oportunizou elevar sua pesquisa etnográfica ao status de ciência, posteriormente reconhecida por Levenson, nem sempre foi tranquila. Archanjo sentia raiva ao ler o que pensavam sobre os mestiços.

A princípio tinha de trancar os dentes para prosseguir na leitura dos racistas confessos, e pior ainda, dos envergonhados. Apertava os punhos: teses e afirmações soavam como insultos, eram bofetadas, surras de chicote. Por mais de uma vez sentiu ardor nos olhos, gosto de lágrimas humilhadas ao atravessar as páginas de Gobineau, de Madison Grant, de Otto Amnon, de Houston Chamberlain. Ao ler, porém, os chefes da Escola Antropológica Italiana de Criminologia, Lombroso, Ferri, Garofalo, fê-lo às gargalhadas, pois correria o tempo e a acumulação de conhecimento dera a Archanjo serenidade e segurança – pôde constatar a tolice onde anteriormente sofrera insultos e agressões.⁹⁶

Neste momento ocorre uma espécie de ruptura em Pedro Archanjo. Da raiva e incompreensão para identificar de onde surgiam tantos absurdos sobre os mestiços – sentimento que surgia enquanto estudava – passou a achar “tolice”. Apenas a “acumulação de conhecimento” pode oferecer a Pedro a “serenidade e segurança” de que precisava para combater o preconceito e louvar a miscigenação do povo brasileiro.

⁹⁶ (AMADO, 2001, p.189)

5 DO TERRITÓRIO MÁGICO, REAL E, AGORA, TAMBÉM ANTROPOLÓGICO QUE É O PELOURINHO

No amplo território do Pelourinho, homens e mulheres ensinam e estudam. Universidade vasta e vária.

Nesse território popular nasceram a música e a dança.

Aqui nesse território a capoeira angola se enriqueceu e transformou: sem deixar de ser luta, foi balé.

Aqui, no território do Pelourinho, nessa universidade livre, na criação do povo nasce a arte.

Na Tenda dos Milagres, Ladeira do Tabuão, 60, fica a reitoria dessa universidade popular.

(Todas constatações de Pedro Archanjo sobre a riqueza do Pelourinho. Pedro Archanjo, que não riscava os milagres na Tenda, mas registrou fatos tão importantes e chegou a conclusões que atingiram e afetaram os afetados homens de ciência da Faculdade de Medicina da Bahia)

O professor Flávio Loureiro Chaves inicia seu texto *Os limites do regionalismo* questionando “Qual Jorge Amado? O escritor repartiu-se entre vários e cada qual deixou sua marca indelével na literatura brasileira” (CHAVES, 2006). Chaves quer dizer que Jorge Amado consegue se renovar e que essa “extraordinária capacidade de renovação” se realizou em uma base regional. São diferentes regiões – juntamente com seus tipos e mitos – que são apresentadas ao leitor nas obras de Jorge Amado. A região de que tratamos detidamente em Tenda dos Milagres é o Pelourinho da ficção, compreendido como um lugar antropológico marcado pela mestiçagem, sua representação.

Dentro do ciclo baiano de literatura, definido por Afrânio Coutinho (1969), encontramos diferentes regionalidades: san-franciscana, cacaueira, garimpo, pastoreio, alambique e praia. No vasto conjunto de livros escritos por Jorge Amado podemos identificar e encontrar estas regionalidades.

Fala-se em regionalismo e regionalidade, conceitos entendidos quando em oposição ao nacional ou universal. Para José Clemente Pozenato (1974), regionalismo e universalismo “correspondem a uma programação, a uma decisão fundada em pressupostos ideológicos e em convenções estéticas” (1974, p.17). Já a regionalidade, para Pozenato, seria “tudo aquilo que traz a marca do regional, mesmo sem regionalismo” (1974, p.19). Ao tratar da Literatura, Pozenato (2001) entende regionalidade como as

relações de um sistema literário com uma região determinada. Regionalismo, portanto, trataria de uma espaço simbólico a partir da exclusão.

O regionalismo pode ser identificado como uma espécie particular de relações de regionalidade: aquelas em que o objetivo é o de criar um espaço – simbólico, bem entendido – com base no critério da exclusão, ou pelo menos da exclusividade. Esse critério se manifesta, no caso na produção literária, pelo uso de um dialeto, quando não de uma língua, de estrita circulação interna. (...)

A regionalização é um conceito de outra ordem. Ela é na realidade um programa de ação voltado para o estabelecimento ou o reforço de relações concretas e formais dentro de um espaço que vai sendo delimitado pela própria rede de relações operativas que vai sendo estabelecida. (...) Se o programa for regionalista, a regionalização tenderá a ser restritiva e excludente.⁹⁷

A partir dos conceitos descritos acima, podemos compreender Jorge Amado nos planos do regionalismo, de regionalidade, de regionalização, tendo em vista que as obras fazem parte de um programa de forte ligação com certa representação de identidade. Tanto que **Tenda dos Milagres** pode ser considerado um romance de tese, como vemos nas palavras de Antônio Olinto (1972), e, portanto, pertence a um programa. Além disso, as características dos personagens, representando tipos baianos, excluem características que poderiam ser vistas em outras regiões literárias. Por exemplo, diversos termos em iorubá⁹⁸ – recurso que jamais, ou pouco provavelmente, se veria em um romance riograndense, são usados na ficção amadiana. Como vimos, para Pozenato, dialetos ou diferentes línguas, “de estrita circulação interna”, também remetem ao regionalismo. Sobre os tipos específicos que aparecem em Jorge Amado (pescadores, estivadores, prostitutas, vagabundos, que também não seriam identificados da forma amadiana em literaturas de uma região que não fosse a baiana, para citar outro exemplo. Poderiam ser identificadas, sim, mas com outra representatividade), a valorização do popular e o caráter documental que encontramos em Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré (1976), considera qualidades da literatura regional e afirma:

⁹⁷ (POZENATO, 2001, p. 7)

⁹⁸ (...) iorubá, o popularmente chamado nagô, que era a língua de uma parte dos escravos que vieram para o Brasil. Todavia, nem todos os negros falavam o nagô e nem todos se comunicavam em iorubá. A etnia que teve maior número de escravos, na cidade de Salvador, contudo, falava iorubá. Esta língua veio junto com o candomblé e nele continua a ser usada. Tornou-se, porém, com o tempo, um iorubá deformado. (O iorubá é uma língua tonal, na qual cada vogal tem três tons: um baixo, um médio e um alto.) Essa diversidade tonal já havia se perdido, no passado, na Bahia, e os cantos em iorubá, entoados no candomblé, não tinham mais qualquer significação semântica para os seus praticantes, que continuavam a considerá-los sagrados, mas que não sabiam mais o que estavam cantando. Somente algumas poucas mães-de-santo tinham ainda uma certa noção sobre o que aqueles cantos representavam. Mas elas próprias também não eram mais capazes de manter um diálogo em iorubá, de falar o iorubá da antiga Nigéria. (Entrevista de Waldir Freitas Oliveira, em Estudos Avançados, 2004)

(o regionalismo) Revelou o Brasil aos brasileiros, apesar dos seus quadros pejados de natureza ou dos entraves da erudição verbalista que proporcionou em muitos casos. Procurou dar à cor local um sentido mais profundo do que o trazido pelo sertanismo. Mesmo quando secundário, desviado pelo campo literário, representou um acervo de informação documentária a que se deve sempre atenção.⁹⁹

A respeito da presença de tipos literários no regionalismo, Lúcia Miguel Pereira (1973) sustenta uma posição conservadora e tece críticas à literatura regional. Para iniciar esta discussão, a autora estabelece alguns limites de análise. Para a autora, uma obra só pode ser considerada como pertencente ao regionalismo se seu "fim primordial" for fixar "tipos, costumes e linguagem local", se sem essas características perder seu sentido e se o enredo se passar em "ambientes onde os hábitos e estilos de vida se diferenciem dos que imprime a civilização niveladora¹⁰⁰".

Seguindo a conceituação de Lúcia Miguel Pereira, Jorge Amado faria parte de um regionalismo, já que nos seus livros há "fixação de tipos, costumes e linguagem locais", entretanto não podemos afirmar que este era o "fim primordial". Sem estes ingredientes, sem dúvida, **Tenda dos Milagres** "perderia a significação", porque eles são base para a construção da representação do Pelourinho, com sua gente, costumes e tradições. Mas **Tenda** vai muito além disso. As representatividades construídas com os alicerces dos tipos e linguagens locais servem para dar sustentação para a mensagem de elogio à mestiçagem como solução do problema de raças no Brasil.

Para a autora, "o regionalista entende o indivíduo apenas como síntese do meio a que pertence" (p. 180). Como vimos, o que se mostra em **Tenda dos Milagres** não são os personagens como resultado do meio e raça, mas como resultado de uma cultura, seguindo a teoria culturalista de Gilberto Freyre. Neste aspecto, portanto, discordamos novamente de Lúcia Miguel Pereira, que também credita ao regionalismo o apelo ao exótico como uma de suas deficiências. Vejamos:

Sobrepõem (...) o pitoresco ao psicológico, movido menos pelo desejo de observar costumes – porque então se confundiria com o realista – do que pela crença o seu tanto ingênua de que divergências de hábitos significam divergências essenciais de feitio. E por isso fatalmente levado a conferir às exterioridades – à conduta social, a linguagem etc. – uma importância exclusiva e a procurar

⁹⁹ (SODRÉ, 1976, p. 408)

¹⁰⁰ (PEREIRA, 1973, p. 179)

ostensivamente o exótico, o estranho.¹⁰¹

É certo que em Jorge Amado aparece o exótico. Mas exótico para quem? Para aqueles completamente desvinculados do território e da cultura do Nordeste do país. Não é exótico para todos. Não há profundidade psicológica (são esquemas simples e dicotômicos entre bem e mal), é certo. O próprio Jorge Amado reconhece¹⁰². Entretanto, encontramos as características de regionalidade em **Tenda dos Milagres**. A “conduta social, a linguagem” são características dos personagens de Jorge Amado, que utiliza, inclusive, termos africanos quando descreve os rituais do Candomblé e em outros momentos de seus livros, como já vimos.

Quem também crítica o regionalismo como portador da exploração do “pitoresco”, a “fascinação pelo meio geográfico”, é Nelson Werneck Sodré (1976). O autor afirma que o regionalismo originou-se do sertanismo, de onde viriam também “um geografismo delirante” e “um apego profundo ao pitoresco”. Para Sodré, a natureza é protagonista dos romances regionalistas. “A natureza absorve, na ficção regionalista, o papel do homem e este vive em função dela, esmagado pela sua imponência” (1976, p. 406).

Afrânio Coutinho (1969) também pondera a respeito destes mesmos aspectos somando-se ao time de perspectivas conservadoras sobre regionalismo que já vimos. Para Coutinho, regionalismo nada mais é do que “exposição do pitoresco, das formas típicas, do colorido especial das regiões” (1969, p. 220). O autor compara com o romantismo, dizendo que é uma diferente modalidade de “escapismo” ou, se não é romântico, seria fruto de uma nação cansada em busca de refúgio no passado.

Entretanto, toda essa ambientação apontada por Lúcia Miguel Pereira e Sodré e como deficiências do regionalismo e como “escapismo” para Afrânio Coutinho, tem um propósito de colaborar na humanização dos tipos. Temos uma voz divergente a respeito deste tópico. Para Adonias Filho, a natureza e a cidade não são apenas paisagens:

O mar, as terras do cacau e a cidade do Salvador não existem como palcos de narrativas ou suporte de aventuras. Existem, efetivamente, em sua inteira representação plástica, como bases necessárias para que o romancista prove aquela humanização se fazendo criador de tipos.¹⁰³

É exatamente o que ocorre em **Tenda dos Milagres**. Salvador e o Pelourinho, mais

¹⁰¹ (PEREIRA, 1973, p. 180)

¹⁰² Eu não sei nada de psicanálise. Apenas percebo que ela assumiu no nosso tempo um papel muito importante. Digo mais: ela manda, está presente em toda parte. (Amado, 2001, p. 45)

¹⁰³ (FILHO, 1969, p. 255)

especificamente, não são simplesmente palco ou pano de fundo para o romance. Os espaços colaboram para a humanização dos personagens e, como veremos neste capítulo, são espaços onde se realiza uma representação de identidade baseada na cultura do lugar.

Um recurso usado para reforçar a humanização e também identidade de um personagem, a fala – recurso também utilizado em **Tenda dos Milagres** – é apontada por Sodré também como limitação do regionalismo.

O regionalismo admitia não só que era mais fiel à realidade permitindo que as personagens falassem, na ficção, como falavam na vida, mas o que era extremado, que houvesse cor local, e que a cor local encontrasse plena representação, na linguagem peculiar a determinadas zonas. Era isso levar a busca do pitoresco a um limite descomedido.¹⁰⁴

Sodré prossegue o raciocínio afirmando que daí surge a necessidade de que o leitor leia uma obra regionalista acompanhado de glossário ou adagiários. Esta necessidade não se verifica em **Tenda dos Milagres**, mesmo quando aparecem palavras em língua africana. Tudo é explicado e esclarecido no contexto do livro, mesmo que não traduzido literalmente. O recurso da língua iorubá no livro serve como uma forma de ambientação, que conduz o leitor ao universo imaginado pelo autor. Parecido, mas note-se que não estamos fazendo uma comparação, apenas uma recordação, com o que ocorre em **O Nome da Rosa**, de Umberto Eco. No romance de Eco há diversas passagens em latim que remontam ao clima que o autor queria transmitir. Em Jorge Amado, como afirmamos anteriormente, a fala aparece para reforçar a representação de uma identidade.

Antonio Candido (1945) enquadra Jorge Amado no regionalismo chamado por ele de “romance do Norte” (p. 110), que

surgiu e se colocou, pela primeira vez na literatura nacional, como um movimento de integração, ao patrimônio da nossa cultura, da nossa sensibilidade e da existência do povo, não mais tomado como objeto de contemplação estética, mas de realidade viva e rica, criadora de poesia e de ação, a reclamar o seu lugar na nacionalidade e na arte, que, neste momento tocava o ponto vivo da sua missão no Brasil.¹⁰⁵

¹⁰⁴ (SODRÉ, 1976, p. 407)

¹⁰⁵ (CANDIDO, 1945, p. 110)

Sim, em **Tenda dos Milagres**, Jorge Amado reivindica espaço na nacionalidade, inclusive através de sua tese de mistura racial. Candido categoriza o “romance do Norte”, onde Jorge Amado é classificado, como movimento de integração. Mesmo quando se fala em uma região, segundo Ruben George Oliven (2006), falamos em nacional. Portanto, uma literatura regional é também unificadora, daí também sua importância para a construção da representação do que é nacional. A partir de Antonio Candido, que fala na missão da arte, voltamos para a ideia de programa de José Clemente Pozenato, que entende região como “um feixe de relações a partir do qual se estabelecem relações, tanto de proximidade como de distância” (2001, p. 9). Estas relações também podem ser de ordem cultural. As regiões podem transgredir as fronteiras oficiais da Geografia. As regiões podem ser culturais, o que de fato importa quando se trata sobre Literatura.

Não interessa ao estudo literário a divisão regional geográfica baseada no critério das regiões naturais. O que importa aqui são as regiões culturais, marcadas pela importância que tiveram como focos regionais de produção literária, embora a divisão que resulta da aplicação desse critério não se afaste muito da que foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1944, como base para as pesquisas geográficas.¹⁰⁶

Conforme Afrânio Coutinho, “as regiões culturais ou literárias, encaradas no estudo do tema, constituem outros tantos ciclos de literatura regional, da forma seguinte: a) Ciclo nortista, b) Ciclo baiano, c) Ciclo nordestino; d) Ciclo central; e) Ciclo paulista; e f) Ciclo gaúcho” (p. 222). Tendo como ponto de partida esta divisão de regiões literárias, Adonias Filho (1969) divide o Ciclo baiano em outras regiões “san-franciscana, cacauqueira, garimpo, pastoreio, alambique, praia” (p. 248), como vimos no começo deste capítulo. As obras de Jorge Amado, além de, obviamente, se encontrarem no ciclo baiano de Afrânio Coutinho, também abraçam as divisões mostradas por Adonias Filho. Sobre essas peculiaridades, diferentes umas das outras, mas todas dentro do espaço geográfico e cultural da Bahia:

A captação invadiria a orla marítima e o agreste sertanejo, revelando as pequenas comunidades, detendo-se no grupo territorial local, convergindo sobre o homem na representação de quase todos os aspectos da sua restrita e peculiar vida social. Realizar-se-ia a sondagem em uma crescente penetração geográfica, resumindo costumes e hábitos, condições econômicas e políticas, o painel do conjunto como

¹⁰⁶ (COUTINHO, 1969, p. 222).

uma extraordinária decoração, o mundo baiano retalhado em todas as áreas, da bacia san-franciscana ao sul cacauero, do garimpo ao pastoreio, da pesca litorânea ao alambique. Repercutindo em enorme variedade, o grupo de ficcionistas conseguiria caracterizar, e de modo indiscutível, o que se possa dominar o “romance baiano”¹⁰⁷.

As regiões – literárias, culturais ou propriamente as geográficas – se dão em oposição ao nacional/universal, como já vimos em Pozenato (1974). Agora, vamos nos debruçar sobre esse aspecto para buscarmos a compreensão de como se dá este movimento de oposição na realidade brasileira.

Desde 1889, com a proclamação da República, o que se via era a descentralização política e administrativa do país. Esta descentralização também pode ser explicada pelas diferenças econômicas entre as diferentes partes do Brasil. Em um momento em que se pensava o futuro da nação, as regiões desempenhavam um importante papel, sendo utilizadas inclusive pela propaganda republicana, garantindo a unidade nacional (OLIVEN, 2006, p. 40-41). Mais tarde, com o movimento modernista de 1922, os intelectuais brasileiros estavam preocupados em procurar “nossas raízes nacionais valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil” (OLIVEN, 2006, p. 41). Nesse contexto, em 1926, Gilberto Freyre lidera o I Congresso Brasileiro de Regionalismo e lança o **Manifesto Regionalista**, que defende a região “enquanto unidade de organização nacional” e a “conservação dos valores regionais e tradicionais” (p. 44). Freyre propunha uma reorganização do país

através de um **modelo político-administrativo calcado na região enquanto elemento constitutivo de nação, pois é o conjunto de regiões e não uma coleção arbitrária de estado que formaria de fato o Brasil**. Como desde seu início o país teria sido composto por regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais, é preciso administrá-lo regionalmente.

A necessidade de reorganizar o Brasil – primeiro tema central do **Manifesto** (...) - decorria do fato de ele sofrer, desde que é nação, as consequências malélicas de modelos estrangeiros que lhe são impostos sem levar em consideração suas peculiaridades e sua diversidade física e social.

(...) Ao frisar a necessidade de uma articulação inter-regional, Freyre toca num ponto importante e atual, ou seja, como propiciar que as **diferenças regionais convivam no seio da unidade nacional** em um país de dimensões continentais como o Brasil.¹⁰⁸

A conclusão de Freyre é que, para garantir a unidade e para ser nacional, antes é preciso ser regional. No **Manifesto**, Freyre defende as tradições do Nordeste, “Do perigo

¹⁰⁷ (FILHO, 1969, p. 248-249)

¹⁰⁸ (OLIVEN, 2006, p. 45), grifos nossos.

de serem de todos abandonadas, o tal furor neófilo de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e progressistas” (p.56); a culinária, “uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se” (p. 72); e a necessidade de voltarmos às raízes, “quem se aproxima do povo desce a raízes e fontes de vida, de cultura e de artes regionais” (p. 76). Sobre o **Manifesto Regionalista** de Gilberto Freyre, Ruben Oliven enxerga uma tentativa de unir regiões como estratégia do ponto de vista de quem percebe a perda de poder das oligarquias nordestinas. Também seria uma estratégia valorizar o popular como símbolo nacional para contrapor “uma modernidade definida como estrangeira” (p.50). Para Oliven, a originalidade do **Manifesto** consiste na mistura entre uma visão conservadora com questões “ainda não resolvidas no Brasil”.

Ruben Oliven também trata da questão do regionalismo, que, nas suas palavras, “aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias” (p. 23). Deste modo, cada região teria uma ou diversas representações de identidade. Se entendermos o Pelourinho de **Tenda dos Milagres** como uma região, podemos inferir que ali há uma representação de identidade e, como já vimos, esta identidade é mestiça.

Podemos compreender o Pelourinho também como um território de realização de identidade e cultura, mesmo que na ficção.

Óleo, tintas, lápis de cor são as ferramentas usadas pelos *riscadores*. Cada um que alcança uma graça através de um santo encomenda um quadro para guardar a memória e prestar um agradecimento. É na Tenda dos Milagres, que fica no Pelourinho, em Salvador, onde os orixás dividem espaço com as divindades católicas, que são riscados de forma primorosa os milagres narrados pelos devotos e até os outrora incrédulos. No livro de Jorge Amado, Lídio Corró é um *riscador*; Pedro Archanjo, um mulato, bedel da Faculdade de Medicina e que escreve teorias sobre o povo baiano. Pedro também registra o modo de vida da gente que vive no Pelourinho, delimitado no livro da seguinte forma:

No **amplo território do Pelourinho**, homens e mulheres ensinam e estudam. Universidade vasta e vária, se estende e ramifica no Tabuão, nas Portas do Carmo e em Santo Antônio Além-do-Carmo, na Baixa dos Sapateiros, nos mercados, no Maciel, na Lapinha, no Largo da Sé, no Tororó, na Barroquinha, nas Sete Portas e no Rio Vermelho, em todas as partes onde homens e mulheres trabalham os metais e as madeiras, utilizam ervas e raízes, **misturam ritmos, passos e sangue; na mistura criam uma cor e um som, imagem nova, original.**¹⁰⁹

¹⁰⁹ (AMADO, Jorge, 1969, p. 7), grifos nossos.

No primeiro parágrafo do livro, o autor mostra o Pelourinho como muito mais abrangente do que a demarcação oficial. Ele “ramifica” em outras localidades de Salvador, expandindo – usando a palavra usada em diversas partes deste texto – seu *território* oficial. Partimos daqui para explorar a significação do que é território. Conforme Meri Lourdes Bezzi, tendo uma região como um meio de interação social, ela pode ser entendida como um território “no qual (...) os indivíduos e as instituições se integram no tempo e espaço” (2004, p. 67). Para entendermos o território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um *programa*¹¹⁰) em qualquer nível. Ao se aprimorar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator 'territorializa' o espaço.¹¹¹

Segundo Raffestin, a territorialidade “pode ser definida como uma rede de relações nas quais a informação é transmitida e reproduzida” (p. 68). Raffestin diz que o território “se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço”. Estas ideias nos levam à necessidade de contextualizar espaço – pelo sentido que optaremos e cuja palavra tentamos evitar para não gerar confusão, assim como a palavra lugar. Antes disso, refletimos o quanto este território se confirma inclusive quando, na ficção, se define como uma universidade onde homens e mulheres estudam e, na teoria, como rede onde informações são transmitidas e reproduzidas. A palavra território aparece repetidas vezes em expressões como “nesse território”, “no território do Pelourinho”, “no território livre”, se materializando, também nas palavras do autor, em uma “louca geografia”.

¹¹⁰ Esta passagem nos faz recordar, e é impossível esquecer esta temática, os conceitos diferentes de cultura. A questão do programa nos remete a esta passagem: “Assim, para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos para receber um **programa**, e este programa é o que chamamos de **cultura**” (LARAIA, 2008, p. 62, grifos da autora). Logo:

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado. (GEERTZ, 1989, p. 15)

¹¹¹ (RAFFESTIN apud BEZZI, 2004, p. 67)

Na Tenda dos Milagres, Ladeira do Tabuão, 60, fica a reitoria dessa universidade popular. Lá está mestre Lídio Corró, riscando milagres, movendo sombras mágicas, cavando tosca gravura na madeira; lá se encontra Pedro Archanjo, o reitor, quem sabe? Curvados sobre velhos tipos gastos e caprichosa impressora, na oficina arcaica e paupérrima, compõem e imprimem um livro sobre o viver baiano. Ali bem perto, no Território de Jesus, ergue-se a Faculdade de Medicina e nela igualmente se ensina a curar doenças, a cuidar de enfermos. Além de outras matérias: da retórica ao soneto e suspeitas teorias.¹¹²

As suspeitas teorias que Jorge Amado menciona são as teorias que tratam os negros como inferiores e causa do atraso da Bahia e do Brasil. Na ficção, o professor Nilo Argolo é quem professa a suspeita teoria. Na realidade, Nina Rodrigues. Em **Tenda dos Milagres**:

(...) o professor de Medicina Legal resumia e ordenava suas conhecidas ideias e teses sobre o problema das raças no Brasil. (...) **A mestiçagem, o perigo maior, o anátema lançado contra o Brasil, monstruoso atentado: a criação de uma sub-raça no calor dos trópicos, sub-raça degenerada, incapaz, indolente, destinada ao crime.**¹¹³

Com o personagem de Pedro Archanjo, que escreve um livro justamente afirmando o oposto de Nilo Argolo, dizendo que a mestiçagem era positiva e origem da riqueza nacional, Jorge Amado constrói um romance de tese que encontra as ideias de Gilberto Freyre, como já vimos. A negatividade do mestiço tratada em Nina Rodrigues é transformada em positiva em Freyre, como falamos no capítulo anterior.

Voltamos ao raciocínio do território do Pelourinho, que exige a delimitação do que é espaço, já que, conforme Raffestin, o espaço é anterior ao território.

Citamos, a partir de agora, Michel de Certeau, que estabelece conceitos do que são espaço e lugar. É preciso passar por Certeau por duas razões. A primeira, porque ele define lugar de um modo que não será adotado – é necessário esclarecer estes termos. O segundo motivo é que Marc Augé, como veremos adiante, bebeu da fonte de Certeau até estabelecer a ideia de lugar antropológico, a partir da ideia de Merleau-Ponty.

Para Michel de Certeau,

¹¹² (AMADO, 1969, p. 10)

¹¹³ (AMADO, Jorge, 1969, p. 202). Grifos nossos.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. (...) Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.¹¹⁴

Como se vê, na perspectiva de Certeau, um lugar é praticamente algo inanimado, sem vida, uma configuração de posições. Justamente o oposto do lugar onde queremos chegar, literalmente, e que Certeau chamaria de espaço. Sob o referencial teórico de Certeau, o Pelourinho de Jorge Amado jamais poderia ser compreendido como um mero lugar. Se para Certeau o Pelourinho não poderia ser considerado um lugar, então seria um espaço, ou seja, um “lugar praticado”.

Espaço é o efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas¹¹⁵ conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo) e modificada pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade do próprio. Em suma, o espaço é um **lugar praticado**.¹¹⁶

A partir da compreensão de espaço como lugar praticado nos aproximamos de onde queremos chegar com este raciocínio. Damos mais um passo na sinuosa e íngreme trajetória pelo Pelourinho quando Certeau (p. 202) afirma: “Merleau-Ponty já distinguia de um espaço 'geométrico' uma outra 'espacialidade' que denominava 'espaço antropológico'. (...) Deste ponto de vista, 'existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas’”.

Com o esclarecimento de que Certeau considera o espaço como um lugar onde há prática e que Merleau-Ponty considera este lugar como espaço antropológico podemos, finalmente, partir para a definição de lugar antropológico.

Para Marc Augé (1994, p.51), lugar antropológico é a “construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ele, das vicissitudes e

¹¹⁴ (CERTEAU, 2002, p. 201)

¹¹⁵ Novamente os *programas*.

¹¹⁶ (CERTEAU, 2002, p. 202). Grifos nossos.

contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa de lugar”. Além disso, “o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem observa”. Conforme Augé, os lugares antropológicos possuem três características comuns. São identitários, relacionais e históricos.

Vamos analisar o Pelourinho, de **Tenda dos Milagres**, sob essas premissas. No que se refere ao caráter identitário, podemos presumir, a partir de Bezzi (2004), que pertencer a um lugar significa também ter uma identidade.

Haesbaert (1988, p.19) adverte que o fato de vivermos em um espaço já nos identifica socialmente, reconhecendo-se nele um espaço vivido, e afirma que '[...] a própria delimitação política do território forja identidade como os nacionalismos e os regionalismos'.¹¹⁷

Bezzi acrescenta que “nesse sentido, pertencer a uma determinada região, à sua cultura, passa pela atribuição de uma identidade a um grupo social, cuja base pode estar na própria especificidade do espaço no qual ele se reproduz”. Como explica Augé, ao afirmar que “nascer é nascer num lugar, ser designado à residência”, quem nasce ou simplesmente vive no Pelourinho teria em si a marca de uma identidade que, como vimos, em **Tenda dos Milagres** é a identidade mestiça. Quando Pedro Archanjo escreve seu livro em resposta às teorias racistas, a primeira linha de sua obra diz: “É mestiça a face do povo brasileiro e é mestiça a sua cultura” (AMADO, 1969, p. 98).

O caráter relacional remete a Certeau na medida em que, nas palavras de Augé (1994, p. 53), podem “coexistir elementos distintos e singulares, sem dúvida, mas sobre os quais não se proíbe pensar nem as relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação de um lugar comum”. No Pelourinho, convivem diferentes ofícios e artes. Um exemplo de opostos:

Mestre Manu, encardido, fero e cafuringa, de palavras exatas e exigente natureza, forja em sua fomalha o tridente de Exu, os múltiplos ferros de Ogum, o teso arco de Oxossi, a cobra de Oxumarê. No fogo e nas mãos violentas de Manu nascem os orixás e seus emblemas.¹¹⁸

¹¹⁷(BEZZI, 2004, p. 67)

¹¹⁸ AMADO, 1969, p. 9)

Onde são confeccionados orixás e seus artefatos, um santeiro faz divindades católicas:

Na Rua do Liceu, numa porta de prosa alegre e franca, o santeiro Miguel faz e encarna anjos, arcanjos e santos. Santos católicos, devoção da igreja, a Virgem da Conceição e Santo Antônio de Lisboa, o arcanjo Gabriel e o Deus menino.¹¹⁹

E se conclui: “Há entre esses eleitos do Vaticano e aqueles curingas e caboclos de terreiro um traço comum: sangue misturados” (AMADO, 1969, p. 9). No Pelourinho coexistem elementos opostos que formam uma representação identitária de mistura. Já constatamos, portanto, que o Pelourinho, como aponta Augé, é identitário e relacional e também histórico, como veremos a seguir.

Entendido como lugar antropológico, o Pelourinho também precisa ser histórico. Esta qualidade soma-se às características citadas acima (identitário e relacional). Isso quer dizer:

(...) o lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não têm que ser objetos de conhecimento. O lugar antropológico, para eles, é histórico na exata proporção em que escapa à história como ciência.¹²⁰

O Pelourinho é histórico desde o seu próprio nome, que designa o local onde os escravos eram açoitados em público. Quando cai o sol, na direção da Sé, a luz do poente reflete nas pedras do Largo do Pelourinho, que ficam avermelhadas, lembrando o sangue negro que foi derramado. Em **Tenda dos Milagres**, o centro do Pelourinho, no final da tarde, é o ponto de jogar capoeira, também uma herança escrava. É onde se prepara e se vende acarajé, bobó, tapioca, pratos com origem no passado africano. A história é, de certo modo, vivida no Pelourinho. Em **Tenda**, os personagens constroem e relembram a história recente do Pelourinho sem recorrer à história “oficial”. São marcos na história local, que abrangem desde o dia em que certo terreiro de candomblé foi invadido até o dia da morte de Pedro Archanjo, por exemplo.

Com a leitura de **Tenda dos Milagres** cruzada com as ideias de Marc Augé podemos concluir que o Pelourinho de Jorge Amado se configura como um lugar

¹¹⁹ AMADO, 1969, p. 9)

¹²⁰ (CERTEAU, 2002, p. 53)

antropológico, em oposição a um não-lugar. No Pelourinho há identidade, há relações entre diferentes *programas* e também o caráter histórico. Na perspectiva (que não foi adotada neste artigo) de Certeau, o Pelourinho seria um espaço, pois é praticado. Essa prática poderíamos dizer que é uma cultura, no sentido da teia de Geertz, já que há a procura constante de significado através da arte, da religiosidade e também da identidade.

O lugar antropológico do Pelourinho da ficção amadiana é marcado pela mestiçagem, que, além de tudo, conduz o debate teórico dos personagens Pedro Archanjo e Nilo Argolo.

6 A MORTE E A MORTE DE UMA CONCLUSÃO: DE COMO FOMOS ENCARREGADOS DE UMA PESQUISA E LEVAMOS A CABO, COMPREENDENDO O SENTIDO MAS ENXERGANDO POSSIBILIDADES

- Esta casta é toda igual. Uns dizem o que pensam: negro e mulato só na senzala. Outros declaram-se liberais, igualitários, vai-se ver a falta de preconceito dura até a hora em que se fala em casamento.

(Pedro Archanjo indignado porque seu afilhado, o engenheiro Tadeu, foi rejeitado pela família da noiva (da cor do açúcar, só que mascavo) por ser mulato.

*Não gosto de candomblé
Que é festa de feiticeiro
Quando a cabeça me dói
Serei um dos primeiros*

(canção popular cantada nas rodas de samba e capoeira e pelo povo cansado da perseguição violenta do delegado Pedrito Gordo)

Mesmo no plano da ficção, as citações acima, retiradas de **Tenda dos Milagres** são uma amostra da realidade brasileira que funciona em uma constante dialética. Há o discurso do não preconceito racial, até que ele alcance sua honrada família; há a discriminação do candomblé em nome de uma fé mais civilizada, até que se precise de cura e ajuda espiritual. São essas contradições presentes na sociedade, entre outros fatores, que reforçam a relevância desta pesquisa que considerou principalmente as teorias raciológicas no Brasil, utilizando o romance de Jorge Amado para identificá-las.

A dicotomia também é vista enquanto se importam – com as devidas adaptações às necessidades locais, como já vimos – as teorias científicas sobre as raças. Intelectuais queriam o abolicionismo, hoje muito se elogia estes ditos libertários, e por isso lutavam contra a elite econômica que precisava da mão de obra escrava. Mas o que pouco se discute, em se tratando do senso comum, é que os intelectuais queriam abolir a escravidão para evitar a entrada de mais negros no Brasil e assim promover um branqueamento social, encarado como a solução de todos nossos problemas de atraso causados pelos negros. Era um paradoxo, sob certo ponto de vista, querer libertar os negros dos trabalhos forçados, mas ao mesmo tempo facilitar a imigração europeia para branquear o Brasil. Além do branqueamento, a segregação completa também era proposta como solução, inclusive por Nina Rodrigues, que acreditava que os negros seriam extintos, já que a raça branca era considerada mais forte.

Foi somente com a entrada da perspectiva culturalista de Franz Boas através de

Gilberto Freyre que a concepção de raça foi perdendo lugar para a de cultura, e esta sim explicaria as diferenças entre os povos. Com Freyre, uma teoria muito brasileira ganhou notoriedade, a de que um dos valores positivos do nosso povo seria seu caráter mestiço. Mestiçagem que nos conferiu identidade, que, como foi dito, só existe em relação ao outro, ao diferente. A diferença do Brasil é ser mestiço e isso é bom, elimina o preconceito, assim se acreditava e se acredita. Freyre era um otimista, que não via a armadilha de sua concepção. A ideia de que somos iguais e misturados esconde os atritos causados pelas diferenças econômicas e de cor da pele, como mostramos nos capítulos 2 e 3. Como encarar de frente o preconceito racial enquanto acreditamos que ele não existe? Não temos a resposta, mas concordamos com os críticos do “elogio à mestiçagem” que enxergam essa suposta igualdade como uma pedra no caminho para se pensar e solucionar diferenças sociais e preconceitos. É muito peculiar ao Brasil também a diversa gama de denominações e distinções entre negros e brancos. A escala de cores é infinita, bem diferente de países como os Estados Unidos, onde há somente negros e brancos – todo aquele que aqui seria considerado mulato, lá seria negro.

A superioridade branca e a positividade mestiça aparecem muito claramente em **Tenda dos Milagres** materializadas nos personagens Nilo Argolo e Pedro Archanjo, Nina Rodrigues x Manuel Querino, este último praticamente desconhecido além das fronteiras da Bahia. Ao passo que Nina Rodrigues é reconhecido e respeitado por suas contribuições etnográficas (apesar de devidamente contestado no que se refere às suas posições teóricas sobre a inferioridade dos negros) à ciência social brasileira, Manuel Querino é pouco estudado e citado como fonte científica. Será que algum dia ele será redescoberto e legitimado assim como foi Pedro Archanjo no romance? O fato é que Jorge Amado deu grande colaboração ao não esconder que se inspirou em Querino para desenvolver um de seus personagens mais complexos, o bedel Archanjo. Com essa pista, pesquisadores viram a necessidade de buscar Querino. Na Bahia, já foram realizados diversos eventos acadêmicos alusivos a Querino. Em nível nacional, pouco se viu. Assim como Archanjo, Querino dizia que a riqueza do Brasil estava no seu povo mestiço. Em **Tenda**, Archanjo é redescoberto pelo professor James D. Levenson, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, a mesma onde Gilberto Freyre estudou e onde foi discípulo do culturalista Franz Boas. Esse detalhe não é coincidência.

Jorge Amado, que dizia que não era vassalo da corte de Gilberto Freyre, convergia com o intelectual no quesito mistura de raças. O autor enxergava como única saída para acabar definitivamente com o preconceito misturar todo mundo até que não houvesse

nem brancos nem negros completamente puros. Esta é a tese encontrada em **Tenda dos Milagres**, a tese do próprio autor, que se amparou no elogio à mestiçagem para sustentar seus argumentos. Como disse Antonio Candido, por mais que Jorge Amado desse vida e voz aos negros, incluindo suas figuras, plasticidade, sonoridade e cheiro na obra artística, era um escritor branco escrevendo sobre negros, um escritor com vida economicamente estável falando sobre pobres desamparados. Talvez daí viesse seu otimismo, de uma certa ingenuidade. E as representações deste povo impressas nas páginas de seus livros colaboraram para criar e reforçar uma identidade nacional que nos acompanha desde então. Identidade que ganha força quando vista principalmente de fora do Brasil, o que também pode ser uma das explicações para o tamanho sucesso de Jorge Amado no Exterior.

Ingênuos ou não, é inegável a importância documental dos romances de Jorge Amado, característica também assinalada por Antonio Candido. E, por ser documental, pode proporcionar que os elementos ali tratados pudessem ser analisados sob a luz das ciências sociais como tentamos neste trabalho. Com os elementos fornecidos por Jorge Amado podemos identificar o Pelourinho da ficção como um lugar antropológico, praticado, carregado de cultura e significação histórica. Um lugar praticado por mestiços que carregam nas suas práticas e representação identitária o peso desta mistura racial.

Tenda dos Milagres é consenso quando se trata sobre a importância para debater o problema racial no Brasil, objetivo desta pesquisa. Mas é sempre polêmico, como outras produções literárias de Jorge Amado, no quesito Literatura com letra maiúscula. Por quê? Não temos a resposta e nem foi nossa proposta aqui discutir este tópico. Entretanto, no ano do centenário do autor, esperamos que se possa discutir mais abertamente sobre o assunto. É como se Jorge Amado ainda fosse um tabu (comunista, sensual, apelativo) a não ser debatido. Esperamos que os acadêmicos das Letras possam se debruçar sobre este problema. Sobre o outro aspecto, a colaboração de Jorge Amado para o problema racial, esperamos ter dado nossa contribuição para o debate com este trabalho, mesmo sabendo que ele não é definitivo, é apenas um caminho dos inúmeros que poderiam ter sido trilhados a respeito do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. “Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras”. In: **Jorge Amado. Povo e terra: 40 anos de literatura. São Paulo: Martins, 1972.**
- AMADO, Jorge. **Navegação de Cabotagem.** Rio de Janeiro: Record, 1992.
- AMADO, Jorge. **O menino grapiúna.** Rio de Janeiro: Record, 1981.
- AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ANTELO, Raúl. “Estabelecimento de texto, introdução e notas”. In: AMADO, Jorge. **A ronda das Américas.** Salvador: Casa de Palavras, 2001.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papyrus, 1994
- BASTIDE, Roger. “Sobre o romancista Jorge Amado”. In: **Jorge Amado. Povo e terra: 40 anos de literatura.** São Paulo: Martins, 1972.
- BASTIDE, Roger. **O Candomblé na Bahia.** 2001, Companhia das Letras, Rio de Janeiro.
- BRAGA, Sérgio Soares. Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946. In: www.camara.gov.br, acessado em 10 de setembro de 2008
- BEZZI, M. L. . Região: Desafios e Embates Contemporâneos. In: SEI - Superintendência de Estudos Econ. e Sociais da Bahia. (Org.). Desigualdades Regionais - Série Estudos e Pesquisas. 1 ed. Salvador/BA: Bigraf, 2004, v. 1, p. 39-87.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural.** Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- CANDIDO, Antonio. “Poesia, documento e história”, 1945. In: **Jorge Amado. Povo e terra: 40 anos de literatura.** São Paulo: Martins, 1972.
- CHAVES, Flávio Loureiro. **Ponta de Estoque.** Caxias do Sul: Educs, 2006.
- COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S.A, 1969.
- CÜCHE, Denys, **A noção de cultura nas ciências sociais.** Lisboa, Fim de Século, 1999.
- DA MATTA, Roberto. “Do país do carnaval à carnavalização: O escritor e seus dois brasis”.. In: **Cadernos de literatura brasileira: Jorge Amado.** São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

DUARTE, Eduardo de Assis. "Classe, gênero, etnia: Povo e público na ficção de Jorge Amado". In: **Cadernos de literatura brasileira: Jorge Amado**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

GATTAI, Zélia. **A casa do Rio Vermelho**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GATTAI, Zélia; AMADO, Paloma Jorge; AMADO, João Jorge. **Jorge Amado: Um baiano romântico e sensual. Três relatos de amor por:**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GOMES, Álvaro Cardoso. **Jorge Amado - Literatura comentada**. São Paulo: Abril Educação, 1981.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Raças e os estudos de relações raciais no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, nº 54, São Paulo, p.147-156, 1999.

HATOUM, Milton. "Uma novela exemplar". In: **EntreLivros**. São Paulo: Duetto, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 6 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

MORAES, Lygia Marina. **Conheça o escritor brasileiro Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

MARTINS, Editora (Org). **Jorge Amado. Povo e terra: 40 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1972.

MOTA, C. G.. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2008.

NASCIMENTO, Rui. **Jorge Amado: Uma cortina que se abre**. Salvador: Casa de Palavras, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-29, 1993.

OLINTO, Antônio. "**Tenda dos Milagres**", **magia e revolução na literatura de língua portuguesa** IN **Jorge Amado, povo e terra: 40 anos de Literatura**, São Paulo: Martins Editora, 1972.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-nação**. 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 2006.

- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.
- PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. 2ª edição revista. Caxias do Sul: Educs, 2008. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura Brasileira Prosa de Ficção**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- PEREZ, Renard. “Jorge Amado: Notícia Biográfica”. In: **Jorge Amado. Povo e terra: 40 anos de literatura**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Visões do Cárcere**. Porto Alegre: Zouk, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.7-29, 1989.
- POZENATO, José Clemente. **Algumas considerações sobre regionalidade**. Caxias do Sul, UCS, 2001.
- POZENATO, José Clemente. **O Regional e o Universal na Literatura Gaúcha**. Movimento, 1974.
- RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- RAMOS, Ana Rosa Neves. “Ética e política na Constituinte de 1946: os discursos de Jorge Amado”. In: **Cadernos de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre: PUCRS, 1998.
- REIS, José Carlos. **As identidade do Brasil. De Varnhagen a FHC**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REIS, José Carlos Antonio. **Do convívio e colaboração das raças: elogio da mestiçagem e reabilitação do negro em Manuel Querino**. Franca, Unesp, 2009.
- ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. IN:www.dominipublico.org.br
- RUBIM, Rosane; CARNEIRO, Mariéd. **Jorge Amado: 80 anos de vida e obra. Subsídios para pesquisa**. Salvador: Casa de Palavras, 1992.
- SALLES, Instituto Moreira. **Cadernos de literatura brasileira: Jorge Amado**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta, & MADEIRA, Maria Angélica (orgs). **Leituras Brasileiras. Itinerários no pensamento social e na literatura**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira**.

2005, 3ª edição, Summus Editorial, São Paulo.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

TÁTI, Miécio. “Estilo e revolução no romance de Jorge Amado”. In: **Jorge Amado. Povo e terra: 40 anos de literatura**. São Paulo: Martins , 1972.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: Memórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1987.